

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PPGP

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM

**A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA
DISCENTE: uma análise empírica no IFPI – Campus
Teresina Zona Sul**

TERESINA-PI
2019

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM

**A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA
DISCENTE: uma análise empírica no IFPI - Campus
Teresina Zona Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestrado.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento

TERESINA-PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

A524e Amorim, Larissa Santiago de .
A efetividade da aplicação das políticas de assistência
estudantil do IFPI na permanência discente : uma análise
empírica no IFPI - Campus Teresina Zona Sul / Larissa
Santiago de Amorim. – 2019.
95 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
“Orientadora: Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes
do Nascimento.”

1. Política de Assistência Estudantil. 2. Formação
profissional - Evasão. 3. Formação profissional -
Permanência. 4. Educação Profissional. I. Título.

CDD 351.007 3

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM

**A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DISCENTE: uma análise empírica no IFPI –
Campus Teresina Zona Sul.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

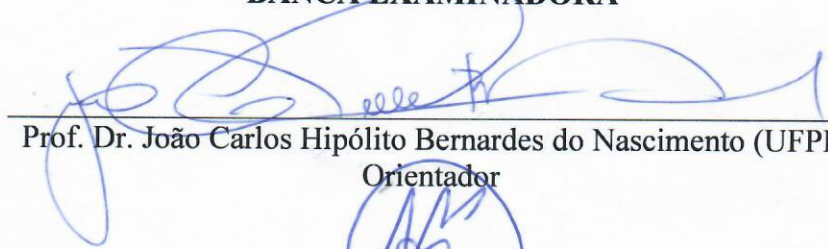
Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento Regional.

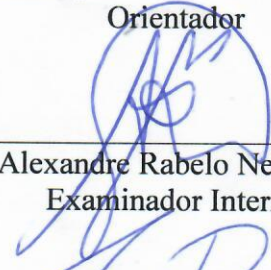
Orientador(a): Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento.

Aprovado em 20 de dezembro de 2019.

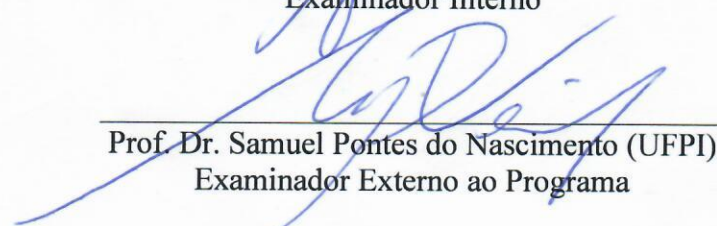
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Alexandre Rabelo Neto (UFPI)
Examinador Interno



Prof. Dr. Samuel Pontes do Nascimento (UFPI)
Examinador Externo ao Programa

Dedico este trabalho a minha filha Maria Hilda, a meu esposo Elton, a meus pais e irmão pela ajuda, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis. A professora Francisca Assunção por acreditar na realização desse trabalho. Aos colegas da PPGP, turma biênio 2017-2019, a todos os servidores e alunos do IFPI, Campus Teresina Zona Sul, pela colaboração na pesquisa e por entenderem a importância do PNAES como forma de garantir a permanência e obter êxito na vivência escolar.

“A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo desempenho escolar.”

(COSTA, 2016, p. 361).

RESUMO

Este relatório de pesquisa investigou se as ações executadas pela política de assistência estudantil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Teresina Zona Sul, se mostram efetivas, na visão do aluno, no combate à evasão, contribuindo para permanência e sucesso escolar. A opção metodológica adotada foi pela pesquisa descritiva, por meio da aplicação de questionário, proposto por Radaelli (2013), aos alunos do Campus. A amostra da presente pesquisa contou com 239 participantes, correspondendo a mais 20% do universo estudado. Por meio dos dados coletados se analisou a percepção estudantil na relação política assistencial e permanência discente. Secundariamente, foram realizadas entrevistas com servidores que atuam diretamente com as políticas de assistência estudantil, bem como conduzida uma análise documental dos dados relacionados à aplicação do PNAES emitidos pela Diretoria de Assistência Estudantil bem como as informações constantes nos sítios do Portal da Transparência e da Plataforma Nilo Peçanha. Os resultados da pesquisa, provenientes do questionário, apontaram que, aproximadamente, 75% dos discentes possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo, e que a maioria dos alunos não teria como continuar estudando sem o auxílio das bolsas, demonstrando, também, o reconhecimento, por parte dos alunos, da importância das ações de assistência estudantil para a permanência e êxito escolar. Essa percepção se mostra importante uma vez que a efetivação dessa política pública acarreta em custos aos cofres públicos e a conjuntura atual evidencia um momento de recessão econômica no qual se fala em cortes e contenções de gastos. Diante essa situação se faz imperiosa a demonstração da real necessidade da atuação dessa política pública por quem depende diretamente dela.

Palavras-chave: Permanência. Êxito. Política de Assistência Estudantil. Evasão. Educação.

ABSTRACT

The proposed research aimed to investigate if the actions carried out by the student assistance policy at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí - Campus Teresina South Zone, are effective in the student's vision to combat dropout, contributing to permanence and school success. The methodological option adopted was the descriptive research, through the application of questionnaires to the students of the Campus. It was decided to replicate the questionnaire adopted by Radaelli (2013) in his master's dissertation in which he worked on the same theme. The sample of the present research had 239 participants, corresponding to another 20% of the studied universe. Through the collected data we analyzed the student perception in the relationship care policy and student permanence. Secondly, a documentary analysis of the data related to the application of PNAES was carried out at the sites of the Transparency Portal and the Nile Peanha Platform. The results of the research indicated that students recognize the importance of student assistance actions for the permanence and success in school. This perception is important since the implementation of these policies entails costs to the public coffers and the current conjuncture shows a moment of economic recession where cuts and spending restraint are mentioned. Given this situation, it is imperative to demonstrate the real need for the performance of this public policy by those who depend directly on it.

Keywords: Permanence. Success. Student Assistance Policy. Evasion. Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Literatura Empírica Correlata.....	36
Quadro 2 - Matrículas e taxa de evasão no IFPI – 2017.....	45
Quadro 3 - Matrículas e taxa de evasão no IFPI – 2018.....	47
Quadro 4 - Orçamento IFPI - despesas empenhadas 2015 a 2018.....	48
Quadro 5 - Valores dos Programas/Projetos de Desenvolvimento Técnico Científico do IFPI.....	52
Quadro 6 - Faixa etária dos alunos (2017- 2018).....	54
Quadro 7 - Renda familiar per capita dos alunos matriculados.....	55
Quadro 8 - Atendimento ao percentual de PROEJA –IFPI.....	63
Quadro 9 - Valores Empenhados com Assistência Estudantil (2015-2018)...	72

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Relação orçamentária dos campi criados em 2007 (2015-2018)...49**
Figura 2 – Distribuição de bolsas na amostra.....61

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CATZS	Campus Teresina Zona Sul
CONSUP	Conselho Superior do IFPI
EP	Educação Profissional
ENEM	Exame nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
PAEVS	Relatório de Indicadores do Programa de atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social/POLAE
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PIBIC	Projetos de Iniciação Científica
PIBIC Jr	Projetos de Iniciação Científica Jr.
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SIFAE	Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	18
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	19
2.2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONCEITO E OBJETIVO	21
2.2.1	Permanência	23
2.2.2	Evasão	26
2.2.3	Retenção	29
2.3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA	30
2.4	APLICABILIDADE DO PNAES.....	31
2.5	REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA.....	35
3	METODOLOGIA	39
4	ANÁLISE DOS DADOS	43
4.1	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE.....	43
4.2	A ESCOLHA DO <i>LÓCUS</i> DE PESQUISA.....	44
4.3	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI CATZS	50
4.4	CARACTERÍSTICA DOS ALUNOS DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL	54
4.5	APLICAÇÃO DO PRÉ -TESTE	55
4.6	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS VIA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	56
4.6.1	Perfil Socioeconômico da Amostra	59
4.6.2	Trancamento de Matrícula	60
4.6.3	Da Análise do Usufruto dos Discentes na Assistência Estudantil	61
4.6.4	A Percepção dos Discentes Quanto à Aplicação da POLAE – IFPI	64
4.7	ANÁLISE DOS DADOS DOCUMENTAIS	70
4.8	ANÁLISE DA ENTREVISTA.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	81
	ANEXO I	85
	ANEXO II	91
	ANEXO III	93

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir de 1980, com a redemocratização do país e a previsão constitucional de democratização do ensino superior, passou-se a buscar a promoção de mecanismos que viabilizassem seu acesso e permanência aos estudantes (DUTRA; SANTOS, 2017). Nessa linha, a expansão da rede de Instituições Federais de Ensino Superior, no período de 2003 a 2015, marca um novo período no avanço da ampliação do ensino superior através do aumento do número de vagas (CRUZ; HOURI, 2017).

A universalização do acesso ao ensino superior surge como uma oportunidade aos discentes e, em especial, à camada menos abastada da sociedade (COSTA, 2016). Contudo, observa-se, também, um importante avanço da evasão nos cursos ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (FIGUEREDO; SALLES, 2017), seja por conta de reprovações nas disciplinas, bem como por motivos outros, como, por exemplo, questões financeiras (SILVA FILHO et al., 2007).

A evasão, entendida como o abandono do aluno do curso, e a retenção, tida como a continuidade do discente no mesmo período letivo, com o passar dos anos, são fenômenos que acarretam desperdícios de ordem financeira, social e acadêmica a toda sociedade (CRUZ, HOURI, 2017). Como medida de enfrentamento a esses fenômenos, são estruturadas políticas públicas que têm o objetivo de subsidiar a permanência do aluno nestas instituições. Nessa seara, a assistência estudantil surge como uma das mais relevantes políticas públicas no combate à evasão e à retenção escolar. As ações dessa política são desenvolvidas por meio do fornecimento de apoio pedagógico e financeiro, voltadas para o fomento da permanência e do êxito no desenvolvimento acadêmico dos alunos (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

A assistência estudantil atua, como aliada, na promoção da universalização da educação, uma vez que as ações estabelecidas pelas políticas públicas de assistência estudantil permitem, não só o acesso ao ensino, mas contribuem, sobretudo, para a permanência do aluno, pois, como afirmam Paixão et al. (2017,

p.103), “para que a educação seja um direito de todos e todas, a assistência estudantil também deve sê-lo”.

O desenvolvimento das ações de assistência estudantil se faz por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – (PNAES). Este Programa visa dar cumprimento ao mandamento legal insculpido na Constituição de 1988 que trouxe a educação como um direito de todos, e um dever do Estado (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Através do PNAES, as Instituições Federais de Ensino Superior estabelecem políticas de assistência estudantil na gestão escolar com o intuito de combater a evasão e retenção, bem como fornecer condições para a permanência e sucesso dos alunos na conclusão de seus cursos (BRASIL, 2010). Assim, a partir de 2011, houve um incremento financeiro junto a essas instituições, em especial as integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como forma de incentivar a cada instituição a idealização e a execução das ações de políticas públicas (TAUFICK, 2014).

A aplicação das políticas públicas voltadas à assistência estudantil, em especial, à avaliação da efetividade dessas ações na promoção da permanência escolar vem despertando, cada vez mais, o interesse da comunidade científica. Nessa perspectiva, Oliveira e Oliveira (2015), por exemplo, investigaram os efeitos da implementação das ações de assistência estudantil na formação acadêmica do aluno, tanto na perspectiva de suporte financeiro, como na execução de outras ações capazes de possibilitar condições para que os alunos concluam seus cursos.

Costa (2016), por sua vez, pesquisou o papel da assistência estudantil na contribuição da qualidade de vida dos discentes, como forma de possibilitar tanto a permanência quanto a finalização dos cursos pelos alunos. Mais recentemente, Lima e Davel (2018) estudaram como a implementação das políticas de assistência estudantil podem e devem ser estruturadas em ações voltadas para uma aplicação efetiva, na qual seja possível mensurar resultados e avaliar as ações adotadas.

No entanto, muito embora as políticas de assistência estudantil tenham sido objeto de estudos empíricos, não foram notados, na literatura, esforços de pesquisas direcionados, especificamente, a investigar os efeitos da ação dessa política sobre a permanência escolar, principalmente no ensino técnico, conforme leciona Oliveira e Oliveira (2015). Também, como instrui Imperatori (2017), há poucas informações

relacionadas aos resultados da aplicação dos programas de assistência estudantil e o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Alinhado a essa situação de escassez sobre estudos que abordem os resultados da aplicabilidade das políticas de assistência estudantil, Paixão et al. (2017) explica que há poucas dissertações de mestrados que investigam a efetividade das ações de assistência estudantil na percepção discente fazendo análise do contexto socioeconômico, considerando a conjuntura familiar e a carência de recursos em que os alunos estejam inseridos.

Por efetividade, considera-se o impacto e as contribuições das políticas públicas. Lima e Davel (2018) explicam que a efetividade das políticas públicas está relacionada à implementação de ações sustentáveis capazes de unir todos os atores envolvidos nessa política.

Nesse contexto, entra a participação da unidade de estudo do trabalho proposto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Teresina Zona Sul – IFPI-CATZS, uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, que recebe recursos da União para colocar em prática as ações de assistência estudantil e, por meio destas, promover a inclusão social da educação aos alunos que se encontrem em situação de vulnerabilidade financeira, possibilitando, assim, que os alunos tenham meios para concluírem os estudos nos cursos que escolheram.

Diante desse cenário, onde existem poucos trabalhos que abordam o tema proposto, e, sobretudo, frente à constante necessidade de se investigar a efetividade das políticas públicas de assistência estudantil como forma de justificar os investimentos financeiros nessas ações, se faz necessário entender, sobre a perspectiva discente, a quem realmente se destina essa política, se as ações executadas estão contribuindo para a permanência e êxito acadêmico. Assim, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: as ações de assistência estudantil, adotadas no IFPI – Campus Teresina Zona Sul, na percepção discente, estão sendo efetivas na permanência escolar, contribuindo para o êxito acadêmico.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a efetividade das ações da política de assistência estudantil do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Teresina Zona Sul, na percepção discente, no tocante ao combate à evasão, contribuindo, assim, para permanência e sucesso escolar.

Para tanto, buscamos atingir os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os custos e impactos financeiros do PNAES a partir dos dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha;
- Averiguar se há alguma correspondência entre esta taxa de evasão e o investimento nas ações de assistência estudantil;
- Examinar os impactos da aplicação das ações da política de assistência estudantil na permanência escolar e no sucesso do aluno, a partir da concepção do discente;
- Comparar os índices de evasão escolar com os investimentos em ações destinadas a política de assistência estudantil.

Para atender aos objetivos propostos, foi adotada uma abordagem predominantemente descritiva de dados primários coletados a partir da aplicação de questionários aos alunos do IFPI – Campus Teresina Zona Sul, a fim de mensurar a percepção desses alunos na efetividade da aplicação da assistência estudantil. Também, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidoras que acompanham diretamente os alunos beneficiados pelas ações de assistência estudantil.

Por fim, de forma complementar, foi realizada análise documental dos dados obtidos junto à Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI, relacionados à evasão escolar e aos investimentos das políticas assistências no IFPI – Campus Teresina Zona Sul, ao Portal da Transparência, no qual se examinaram os valores relativos aos investimentos financeiros no Campus, e, em especial com as políticas de assistência estudantil, e, por fim, junto à Plataforma Nilo Peçanha na qual se observaram as informações referentes à evasão e à permanência escolar do lócus de estudo.

Assim, essa pesquisa se valeu da aplicação de questionários aos discentes como forma de identificar a situação de vulnerabilidade econômica dos participantes da pesquisa; da realização de entrevistas aos servidores do Campus; bem como da análise documental, dado o interesse de investigar a efetividade da aplicação do PNAES na permanência e êxito dos discentes, a partir da percepção discente.

Dentro dessa análise, dada a amplitude de ações existentes na assistência estudantil provenientes do PNAES, especificamente, nesse estudo, foram trabalhadas as seguintes: Bolsa Benefício Permanente; Bolsa Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI; Bolsa Monitoria; Bolsa Projetos de Iniciação Científica: PIBIC e PIBIC Jr, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e utilização do refeitório do Campus.

A pesquisa teve como participantes os alunos atendidos diretamente (beneficiários das bolsas) e indiretamente (utilizam genericamente) pelo PNAES. Assim, a amostra pode se mostrar mais próxima da realidade, vez que todos os discentes participam de forma ativa do PNAES.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Considera-se que esta pesquisa se justifique, entre outros aspectos, por tentar responder a um dos grandes desafios apresentados aos Institutos Federais de Ensino Superior, em especial ao IFPI - Campus Teresina Zona Sul, qual seja o de assegurar o acesso, a permanência e o êxito do educando na educação profissional - EP, incorporando a dimensão intelectual ao seu trabalho produtivo, em um tempo de profundas transformações no mundo do trabalho e na redução de gastos.

Ademais, a existência de limitada literatura, no conhecimento da autora, que aborde a efetividade da aplicação das ações de assistência estudantil, a partir da perspectiva do aluno (PAIXÃO et al., 2017), também se revela um importante motivador à condução da pesquisa.

Adicionalmente, a necessidade de quantificar os investimentos na permanência escolar e os efeitos desse desembolso como forma de averiguar a efetividade da aplicação dos recursos nessa política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Teresina Zona Sul se mostra essencial na aplicação dos recursos financeiros os quais estão cada vez mais escassos. Pois, como ensinam Lima e Dutra (2018), a efetividade das ações de assistência estudantil em prol da permanência escolar contribui para o planejamento e a gestão governamental das Instituições Federais de Ensino Superior.

1.4 DIVISÃO DE CAPÍTULOS

A presente pesquisa se apresenta em três capítulos além desta introdução e das considerações finais nas quais se buscaram entrelaçar, na percepção discente, a relação da assistência estudantil com a permanência e êxito escolar. Nesta Introdução, após uma breve contextualização do fenômeno, delinea-se o problema e objetivos da pesquisa.

Em seguida, no capítulo II, foi realizada uma explanação sobre a assistência estudantil desde sua origem até sua formação atual como política pública. Neste capítulo, foram abordados conceitos importantes para a compreensão da pesquisa, tais como: permanência, evasão e retenção escolar. Adicionalmente, foi reportado um esforço de revisão da literatura empírica correlata.

No capítulo III, foram apresentados e discutidos os dados coletados, sobretudo, no tocante à percepção dos discentes sobre a efetividade das ações de política de assistência estudantil. Por fim, nas considerações finais, apontaram-se os resultados, reconhecendo-se as limitações do estudo, bem como sinalizando oportunidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas correlatas.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir do ano de 2003, tem-se início o segundo período de democratização do ensino superior, e, neste caso em específico, com o avanço da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, através da expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, em prol de estimular e desenvolver mão de obra capacitada para atender o mercado de trabalho e suprir a economia (FIGUEIREDO; SALLES, 2017).

O incremento de vagas nestas Instituições Federais, por si só, não respondeu efetivamente a inclusão da massa menos abastada ao ensino superior, uma vez que não bastava apenas permitir a entrada desse público nas instituições, mas, era, sobretudo, necessário criar mecanismos capazes de possibilitar sua permanência e combater a evasão e retenção dos novos alunos (COSTA, 2016).

Em resposta a essa demanda, foram desenvolvidas políticas públicas voltadas para elaboração de ações de assistência estudantil com o objetivo de “garantir a permanência do aluno durante o período que estiver matriculado na universidade” (COSTA, 2017, p. 352).

Segundo Vasconcelos (2010, p. 609):

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Nesse cenário, fez-se necessário a criação de mecanismos para além de possibilitar o acesso dos estudantes, isto é, o desenvolvimento de políticas de assistência estudantil com o intuito de permitir que estudantes, oriundos das camadas sociais menos favorecidas, possam continuar nos cursos escolhidos até sua conclusão. Tais políticas visam auxiliar o estudante em situação de vulnerabilidade financeira enquanto estiverem matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior como forma de promover a permanência e por

fim a conclusão dos cursos (BRASIL, 2010).

Assim, a redemocratização do ensino superior e a expansão do ensino profissionalizante incrementado e ampliando geograficamente pelo avanço das Instituições Federais de Ensino Superior, possibilitaram o acesso ao ensino superior

público federal das camadas menos abastarda da população (FIGUEREIDO; SALLES, 2017). Alicerçado a essa expansão, vieram vários fatores que contribuem para dificultar ou mesmo impossibilitar a conclusão dos cursos pelos discentes (FREDENHAGEM et al., 2012).

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Constituição de 1988 reconhece o direito à educação e assegura condições de acesso e permanência de forma igualitária a todos, desenvolvidas por meio de políticas públicas de assistência estudantil (COSTA, 2016).

As políticas de assistência estudantil encontram sua origem, embora, com definição e objetivos diferentes dos atuais, ainda na República Velha quando, em 1928, o governo de Washington Luís fundou a Casa do Estudante Brasileiro em Paris com a finalidade de auxiliar os estudantes brasileiros que iriam estudar na França. Observa-se que, nesse período, as políticas de assistência estudantil não estavam voltadas para as camadas menos favorecidas, mas, pelo contrário, em seu nascedouro essa política dava assistência à camada mais abastarda da sociedade (DUTRA; SANTOS, 2017). Isso porque, apenas poucas famílias, as que tinham posse e recursos financeiros, poderiam possibilitar o ensino superior aos seus filhos e ainda fora do país (VASCONCELOS, 2010).

Em 1930, essa política assume outro perfil. Nesse tempo, já se visualizava a educação como um direito do cidadão, e as políticas de assistência estudantil passam a ter como foco a promoção de ações voltadas para as áreas de moradia e alimentação com o objetivo de atender às camadas menos favorecida (IMPERATORI, 2017).

Nesse período, são consolidadas as primeiras universidades brasileiras, e percebe-se a necessidade de implantar ações voltadas à assistência estudantil, como forma de criar condições de permanência para os novos alunos que comporiam a classe trabalhadora e abasteceriam o mercado de trabalho que estava ansioso por mão de obra especializada. Essas ações encontraram amparo legal na Constituição de 1934 que previa, em seu texto, dispositivos voltados para assistência alimentar, médica e dentária bem como para o fornecimento de material escolar, além da oferta de bolsas de estudos (DUTRA; SANTOS, 2017).

Entre os anos de 1950 a 1970, houve o primeiro momento de expansão do ensino superior no país, materializado pela criação de novas universidades federais pelo Brasil, atingindo a meta de pelo menos uma universidade federal em cada unidade da federação, além da criação de universidades estaduais e particulares (IMPERATORI, 2017). Esse aumento na oferta de ensino superior vinha ao encontro das novas necessidades do mercado e da economia, bem como das mudanças na sociedade que passava a se concentrar na área urbana (FIGUEIREDO; SALLES, 2017).

Logo em seguida, o número de matrículas aumenta vertiginosamente partindo do quantitativo de 300.000 em 1970 para o montante de 1,5 milhão em 1980 (VASCONCELOS, 2010). Contudo, esse incremento de vagas foi marcado por uma redução dos investimentos na área de educação decorrente do controle da ditadura militar (COSTA, 2016). Essa redução de investimentos se contrapõe a crescente necessidade de recursos destinados à assistência estudantil como forma de permitir não só o acesso, mas, também, a permanência dos alunos oriundos da classe mais baixa (IMPERATORI, 2017).

Como forma de luta na defesa das políticas voltadas para a educação, surge, em 1987, duas forças políticas: o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Estes entes defendiam o desenvolvimento de ações de apoio ao estudante para sua conclusão bem como de políticas de acesso e permanência ao ensino em Instituições Federais de Ensino Superior (VASCONCESLOS, 2010).

Da união dessas duas forças políticas surge uma:

proposta de assistência estudantil que procura listar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil que possam reduzir as desigualdades socioeconômicas e culturais entre os graduandos das Instituições Federais de Ensino (COSTA, 2016, p. 358).

Com a redemocratização do país, a nova Constituição de 1988 trouxe um caráter obrigatório para a educação (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015) e, em 2003, iniciou-se o segundo período de expansão do ensino superior, em particular, com a ampliação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica que instituiu “novas concepções e oportunidades de acesso a milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora” (FREDENHAGEM et al., 2012, p. 4).

Diante desse cenário de ampliação do ensino profissional, tornou-se necessária a implantação de novas metodologias de incremento de políticas públicas assistenciais voltadas não apenas para o acesso do ensino a todos, como prevê o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88, mas, sobretudo, para a promoção da permanência e combate à evasão e retenção escolar (IMPERATORI, 2017).

Nesse contexto, com a participação do FORMAPRACE e da ANDIFES:

foi instituído conforme Brasil (2007a) o Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, e adotado em 2008 a partir do repasse de verbas diretamente ao orçamento das instituições. A promulgação da regulamentação do PNAES representa um marco histórico e de importância fundamental para a assistência estudantil (ESTRADA; RANDAELLI, 2017, p. 33).

Esta Portaria, mais tarde, foi substituída pelo Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010, o qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Esse programa, com abrangência nacional vinculado ao Ministério da Educação, visa ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência ao ensino superior público (BRASIL, 2010).

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONCEITO E OBJETIVO

A assistência estudantil é uma política pública de acesso e permanência escolar que visa assegurar o direito à educação de forma isonômica a todos. Uma vez que esse direito alcançou o patamar de direito social, conforme o artigo 6º dada Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 (VASCONCELOS, 2010).

Oliveira e Oliveira (2015, p.199) explicam que “a prescrição legal da educação como um direito a coloca como um ponto prioritário nas políticas sociais, principalmente por causa de seu caráter obrigatório, o que a diferencia de outros direitos sociais”.

Assim, o direito à educação é uma obrigação - poder- dever- do cidadão, conforme explica as citadas autoras:

o direito à educação se diferencia dos outros direitos sociais como a assistência médica gratuita, a moradia, a alimentação, porque os cidadãos podem escolher pela utilização ou não desses serviços. O mesmo não acontece com a educação, pois, paradoxalmente, ela é

um direito, mas também uma obrigação. Nesse sentido, não há família que possa decidir por não enviar suas crianças à escola. A compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance a todos é um passo importante para a consolidação do acesso e da permanência nas instituições escolares, principalmente ao se considerarem as profundas marcas da desigualdade e da exclusão na sociedade, especialmente em nosso país (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p.199).

Contudo, apenas abrir as portas das Instituições Federais de Ensino Superior não era suficiente para o ingresso e a formação dos alunos advindos das classes menos favorecidas nos cursos, uma vez que havia a necessidade de criar meios que pudessem contribuir para a permanência e êxito desses alunos. Dessa necessidade, surge o PNAES através do qual são concretizadas políticas públicas voltadas para a assistência estudantil compreendendo ações que visam propiciar um amparo econômico, o qual muitas vezes serve como subsídio para sobrevivência e manutenção financeira do aluno em situação de vulnerabilidade social durante o período em que se encontra matriculado no curso (COSTA, 2016).

Assim, o desenvolvimento dessa política pública visa, entre outros fins, promover uma igualdade mínima de condições com o intuito de possibilitar que o discente possa ter condições de ensino que não fiquem tão à margem dos alunos oriundos das camadas mais abastardas (VASCONCELOS, 2010), pois, como ensina Estrada e Radaelli, (2017, p.32), “democratizar a educação superior, além do seu princípio fundamental que é garantia de acesso somado à qualidade, deve acima de tudo possibilitar a permanência”.

Nesse contexto, a assistência estudantil disciplinada pelo PNAES busca promover não apenas o acesso, mas a permanência, e, assim, combater a evasão e retenção escolar no ensino superior e em especial nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, conforme o artigo 4º do Decreto nº. 7.234 de 2010, segundo o qual:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

Estrada e Radaelli (2017, p.33) definem assistência estudantil como sendo:

um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso

dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, ou seja, deve ser considerada como uma política que vem subsidiar a expansão do acesso do estudante em situação econômica desfavorável.

Essa relação (entre políticas de assistência estudantil e a permanência dos alunos) contribui para o êxito dos alunos com a permanência e conclusão dos cursos, na medida em que possibilita a igualdade de condições (ESTRADA; RADAELLI, 2017).

Nessa conjuntura, a assistência estudantil ganha papel de destaque na agenda do governo como uma política pública que visa atender ao dispositivo constitucional do artigo 226, I da CRFB/ 88, segundo o qual o Estado será responsável por ofertar ensino tendo como princípio a promoção da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL,88). Assim, a assistência estudantil, regulamentada pelo PNAES, tem como objetivo a democratização do ensino superior, valendo-se, para tal, de estímulos e ações que contribuam para o acesso, e também, para a permanência dos discentes.

O PNAES atua na redução das desigualdades sociais dentro das escolas, defendendo a democratização do ensino superior com a promoção da permanência, a diminuição das taxas de evasão e retenção escolar, por meio de ações que permitam a inclusão social dos alunos, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira (BRASIL, 2010).

Dentro dessa conjuntura, faz-se importante delimitar e trabalhar os conceitos de permanência, evasão e retenção escolar a fim de possibilitar uma maior compreensão dos objetivos da assistência estudantil. Estes termos se tornam importantes, neste estudo, à medida que se procura entender e analisar os objetivos do PNAES como um meio de atuação da ampliação das condições de permanência nos cursos ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL, 2010).

2.2.1 Permanência

A permanência, entendida como a continuidade do curso pelo discente com o avanço das séries pelo tempo decorrido (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015), se constitui em uma garantia do Estado em prol da defesa do direito à educação, mas se forma

a partir do estabelecimento de condições igualitárias para a manutenção dos discentes.

Corroborando esse entendimento, Costa (2016, p. 360) explica que:

No Brasil, a desigualdade social é notável pelas taxas de concentração de renda; e isso se reflete dentro das universidades, visto que as condições socioeconômicas de grande parte dos alunos são desfavoráveis à entrada e permanência destes nos cursos escolhidos. Por esse motivo, segundo Araújo (2003), a discussão sobre o tema Assistência Estudantil tem grande relevância.

A garantia apenas do acesso ao ensino superior público federal, não pode ser entendida como cumprimento do dever Constitucional do Estado em promover o direito à educação, pois apenas o aumento do número de vagas e de matrículas nos cursos não se finda por si só a efetivação desse direito. Pois, como afirmam Oliveira e Oliveira (2015, p. 209):

o poder público, ao reconhecer a permanência escolar como um direito do estudante, assume a responsabilidade de garantir formas para que, efetivamente, todos eles, independentemente do nível de ensino em que estão matriculados, concluam os cursos iniciados.

A universalização do direito ao ensino superior público federal vai além da inserção de novas vagas ou da expansão física das Instituições Federais de Ensino Superior. Esse direito se traduz na implantação de meios para que os discentes se mantenham matriculados nos cursos pretendidos. Nesse sentido, o PNAES traz, de forma explícita como um de seus objetivos, conforme o artigo 2º, I do Decreto 7.234 de 2010, a democratização das condições de permanência do aluno (BRASIL, 2010). Assim, como forma de assegurar meios de continuar no curso no qual foi matriculado e evitar a evasão e retenção escolar do aluno, são assegurados meios mínimos de amparo socioeconômico até a conclusão do curso ou até que se finde sua situação de vulnerabilidade social do aluno beneficiário. Seguindo esse raciocínio, Imperatori (2017) explica que:

Na mesma direção, Finatti et al. (2007, p. 248) afirmam que, “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições”. Vasconcelos (2010) também compreende que a assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula (p. 290).

Logo, um dos objetivos das políticas públicas de assistência estudantil ocorre na promoção do desempenho estudantil por meio de mecanismos que gerem condições para que o aluno permaneça na escola e se desenvolva academicamente, concluindo seu curso. Essas políticas oportunizam ao aluno além de um ensino de qualidade, ações reais que contribuam para a continuidade e finalização dos estudos, sem as quais talvez a efetivação ou permanência escolar não fosse possível (ESTRADA; RADAELLI, 2017).

Oliveira e Oliveira (2015, p. 200) entendem que a relação entre as políticas de assistência estudantil e a permanência dos alunos “pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infraestruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino”.

Desse modo, as ações desenvolvidas pelas políticas de assistência estudantil assumem papel importante na democratização da educação, tentando diminuir as implicações das desigualdades sociais que afetam a permanência escolar, bem como no combate à evasão, e contribuindo para a inclusão social. Através dessas ações são estabelecidas medidas que permitem aos discentes a participação de forma efetiva no meio acadêmico (IMPERATORI, 2017).

Contudo, o entendimento da função da assistência estudantil na redução das desigualdades sociais não é unânime. Como ensina Oliveira e Oliveira (2015):

Sobre a Política de Assistência Estudantil, os estudos demonstram que, embora os programas e ações da PAE sejam muito importantes para a promoção da permanência escolar, principalmente dos estudantes de baixa condição socioeconômica, não alteram as desigualdades educacionais entre as pessoas de diferentes classes sociais, como explicitado por Vargas (2008) quando afirma que “a democratização segregativa não é democratização de fato, pois reforça as desigualdades entre as classes sociais” (p.184)”(2015, p. 201 e 202).

Percebe-se, assim, que a assistência estudantil não tem apenas o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, sendo o seu real objetivo amparar aqueles que apresentam condições mínimas de permanência no ensino superior público federal. Nesse raciocínio, Estrada e Radaelli (2017, p. 32) acrescentam que “a ampliação das políticas de acesso bem como a política de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para os estudantes, de forma a promover a efetiva permanência (REUNI, 2007)”.

Igualmente, percebe-se a importância dessas políticas na promoção do ensino para todos, conforme Imperatori (2017):

Destaca-se ainda que a relevância da assistência estudantil está expressa no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), que estabelece como um dos objetivos e metas da educação superior, “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico” (IMPERIARI, 2017, p. 291).

Entretanto, observa-se que somente a oferta do ensino acadêmico de qualidade não basta para garantir o acesso e a permanência estudantil, fazendo-se necessário o acompanhamento e manutenção de um apoio econômico financeiro e pedagógico como base de sustentação do sucesso escolar. Esse entendimento pode ser observado na Política de Assistência Estudantil do IFPI – POLAE/IFPI, conforme se observa:

Entende-se que os programas e os projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a assistência estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da extensão e da pesquisa (POLAE).

Assim, as ações de política estudantil procuram incentivar os alunos a avançarem em seus estudos dando-lhe muitas vezes o auxílio que lhe falta para o sucesso escolar e sem o qual este não seria possível. Nesse sentido, o IFPI – Campus Teresina Zona Sul trabalha suas políticas de assistência estudantil indo além de um ensino de qualidade, mas também atuando, por meio de sua equipe multidisciplinar, junto aos alunos, de forma específica ou geral, a fim de que todos possam ter as mesmas chances de aprendizado e sucesso na conclusão do curso.

2.2.2 Evasão

Segundo Cruz e Houry (2017), não há uma unanimidade em relação ao conceito de evasão. Em seu artigo, as autoras trazem três perspectivas desse conceito quanto ao ensino superior trabalhado pela Comissão Especial de Estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras designadas pelo MEC. As autoras colocam que a evasão pode ser compreendida em três realidades:

Evasão do curso: desligamento do Curso Superior em função de abandono (não matrícula); transferência ou reescolha, trancamento

e/ou exclusão por norma institucional; Evasão do curso da instituição: desligamento da instituição na qual está matriculado; Evasão do sistema: abandono definitivo ou temporário do ensino superior (2017, p. 178).

Figueiredo e Salles (2017, p. 358) adotam o conceito optado pela Comissão Especial de Estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras designada pelo MEC, segundo o qual a evasão corresponde “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”. As autoras justificam a escolha por esta definição embasar-se no objeto de estudo do seu artigo o qual é voltado para o ensino profissionalizante em especial o ofertado no CEFET/RJ.

Como a presente pesquisa estudou a efetividade, na percepção discente, da aplicação das políticas de assistência estudantil do IFPI – Campus Teresina Zona Sul, que possui cursos de nível médio técnico e de nível superior tecnológico e licenciatura voltados ao ensino profissional, também foi considerado o conceito de evasão adotado pelas autoras.

A evasão escolar, entendida como a desistência definitiva de um curso pelo aluno (CRUZ; HOURI, 2017), carrega, em seu contexto, as amarras das dificuldades socioeconômicas dos alunos em se manterem nos cursos. Machado e Pan (2016, p. 478) explicam que “segundo dados do FONAPRACE (2001), corroborados por estudo de Pacheco e Ristoff (2004), grande parte dos estudantes que abandonava o ensino superior tinha baixa renda, o que os obrigava, muitas vezes, a trocar os estudos por trabalho”.

Figueiredo e Salles (2017) entendem a evasão como uma forma de exclusão social, na qual os discentes nem percebem que estão sofrendo um processo de exclusão das práticas acadêmicas. As autoras (p. 372) acrescentam que esse processo de exclusão “representa a negação não apenas das histórias de vida, mas das possibilidades reveladas pela aquisição do saber”.

O combate à evasão escolar representa um dos objetivos do PNAES, disposto no artigo 2º, III do Decreto nº. 2. 734 de 2010 (BRASIL, 2010). Segundo Fredenhagen et al. (2012), existem poucos estudos que abordam da temática da evasão na educação profissional no Brasil. Contudo, alguns estudos que tratam diretamente da evasão escolar na educação profissional pública no Brasil apontam as questões financeiras como um dos motivos determinantes na evasão escolar:

A partir dos suplementos de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2006, Neri (2010) identifica

quatro grandes grupos de fatores que motivam evasão até os 17 anos de idade: dificuldade de acesso à escola, que responde por 10,9% dos abandonos; **necessidade de trabalho e geração de renda, associado à 27,1% das evasões**; falta intrínseca de interesse, responsável pelo abandono de 40,3% dos alunos; e outros motivos, expressos na taxa de 21,7%. A respeito da elevada proporção de estudantes que deixaram de frequentar a escola por motivo de “falta de interesse”, o autor argumenta que, talvez, isso ocorra em função do “desconhecimento dos potenciais prêmios oferecidos pela educação” (NERI, 2010, p. 36).(FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p.365)(grifo nosso).

Figueiredo e Salles (2017) relatam que a maioria dos alunos deixa o estudo por motivo de emprego. O fator financeiro também é evidenciado em outros estudos que abordam a temática da evasão nos Instituições Federais de Ensino Superior, como o de Andrade e Teixeira (2017, p. 515), segundo o qual:

A literatura aponta que a evasão está relacionada a fatores de ordem contextual, pedagógica e psicológica, como falta de identificação com o curso; decepção com o mercado de trabalho, com o curso ou com a instituição de ensino; dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho; baixo preparo escolar anterior ao ingresso; alto nível de exigência do curso; **dificuldades financeiras**; falta de didática, baixa qualificação ou pouco engajamento dos professores para lecionar; falta de apoio familiar; e dificuldade de relacionamento com pares e professores (BARDAGI, 2007; COSTA, 2010; MAGALHÃES; REDIVO, 1998; MEDINA, 2012; MOROSINI et al., 2012; RIBEIRO, 2005) (p. 515) (grifo nosso).

Corroborando essa linha de raciocínio, Imperatori (2017, p. 289) acrescenta sobre a trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira que:

A literatura apresenta variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, **problemas financeiros** (2017, p. 289) (grifo nosso).

Fredenhagen et al. (2012), em seu artigo que aborda as possíveis causas de evasão no ensino profissional brasileiro com locos de estudo no Instituto Federal de Brasília – IFB, revelam que:

Dentre problemas de várias ordens, constata-se, portanto, que esses estudantes trazem, de forma muito acentuada, carência básica, como alimentação (**fruto de problemas financeiros**), cansaço (poucas horas de sono/dificuldade de conciliar trabalho/estudo/distâncias/trânsito), os quais dão origem a outros problemas, como dificuldade de acompanhar o curso, desinteresse (gerados, por sua vez, pelo excesso de faltas) e outros mencionados,

que formam, segundo nossa percepção, verdadeira cadeia de efeitos. Consequentemente culminam na evasão (2012, p.18) (grifo nosso).

Observa-se, diante destes estudos, que o fator financeiro interfere, negativamente, na vida acadêmica do aluno, muitas vezes refletindo o seu desempenho acadêmico e culminando na desistência. E, por conseguinte, no aumento da taxa de evasão. Contudo, Figueiredo e Salles (2017) explicam que a evasão não ocorre apenas pelo isolamento de um fator específico, mas pela interação de vários elementos que interferem na vida pessoal do aluno e contribuem de forma conjunta para a eclosão da evasão.

2.2.3 Retenção

A retenção escolar também é um conceito importante na promoção da democratização do ensino e da permanência escolar. O PNAES apresenta a redução da taxa de retenção como um de seus objetivos (BRASIL, 2010). Segundo Andrade e Teixeira (2017), a retenção ocorre com a não evolução do discente na continuidade do curso. Assim, o aluno, com o passar do tempo, não avança em seus estudos ficando preso ao período anteriormente matriculado. Dessa forma, o discente passa mais tempo que o previsto para a conclusão do curso.

Diferentemente da evasão e da própria permanência escolar, a “retenção no ensino superior tem sido bastante estudada nos últimos anos, por iniciativas do governo e diversos pesquisadores, principalmente pelos prejuízos financeiros e sociais decorrentes desses fenômenos” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p.515). Manter um aluno no mesmo período letivo implica a duplicação do desembolso financeiro para uma única despesa. Assim, o combate à retenção assume papel preponderante ao lado das ações de políticas públicas que têm como objeto a redução da evasão e, por conseguinte, a promoção da permanência escolar até o êxito acadêmico. Essas ações visam a um melhor desempenho do orçamento público aplicado à assistência estudantil.

Assim, entende-se por permanência a continuidade do aluno no curso matriculado, enquanto a evasão consiste no abandono do discente do curso escolhido e a retenção compreende o não avanço do aluno no curso com a passagem do tempo. Faz-se necessário entender esses conceitos visto que eles

encontram-se intimamente ligados, um influenciando ao outro, uma vez que, aumentando os índices de evasão e retenção, diminui-se a taxa de permanência dos discentes.

2.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O PNAES encontra respaldo legal no Decreto nº 7.234 de 2010, que tem por objetivo minimizar as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo, assim, para a permanência e êxito no ensino superior público federal. Nessa perspectiva, o PNAES se traduz como uma política pública que tem como foco assegurar o direito à educação, compreendendo este direito não só o acesso, mas também a criação de condições que propiciem ao aluno a permanência escolar (BRASIL, 2010).

Secchi (2016, p. 5) explica que as políticas públicas são “um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros”.

Machado e Pan (2016) definem políticas públicas como:

enunciados de sujeitos posicionados estrategicamente nas relações de poder, respondendo a e constituindo determinados contextos, sustentados por/em posicionamentos semântico-axiológicos³. Enunciados que são, a uma só vez, produto e produtores de efeitos de sentidos em diferentes esferas da vida, impactando na (re) produção ou (trans)formação de valores a partir dos quais e nos quais os sujeitos enunciam, se posicionam, se subjetivam (Bakhtin, 1997; Bakhtin & Volochínov, 1990; Faraco, 2003; Geraldi, 2010; Pan, Rossler, Ferrarini, Valore, & Oliveira, 2011)(p. 479).

Assim, a assistência estudantil se consolida por meio das ações previstas no PNAES como uma política pública de acesso e permanência do aluno na defesa do direito à educação.

Dutra e Santos (2017) esclarecem que a assistência estudantil veio ao longo do tempo evoluindo, se encorpando e tomando forma juntamente com o avanço e reconhecimento pelo Estado do direito à educação. Essa evolução da assistência estudantil fez com que o Governo percebesse que o direito à educação não se limita apenas ao acesso, que esse é apenas o início da universalização do ensino, mas compreende, também, o estabelecimento de mecanismos mínimos que possibilitem e ou auxiliem os discentes em sua permanência e êxito escolar.

Nessa circunstância, a assistência estudantil começa, a partir dos anos 2000, a ocupar espaço como uma política pública dentro da agenda do Governo em prol da defesa do direito à educação (LIMA; DAVEL, 2018).

Essa temática também é abordada pelos autores Machado e Pan (2016, p.478), segundo os quais:

a assistência estudantil no Ensino Superior tornou-se temática relevante na agenda do governo nos últimos anos, impulsionada pela assunção de compromissos em nome da democratização da educação e garantia de direitos, marcadamente emergentes no fim da década de 1980 (Machado & Pan, 2012).

Assim, a assistência estudantil assume papel importante como uma política pública na defesa da democratização do ensino superior público federal com objetivo na permanência e no combate à evasão e retenção.

2.4 APLICABILIDADE DO PNAES

O Decreto nº. 7.234 de 2010 dispõe, em seu artigo 3º, uma variedade de áreas de atuação do PNAES. Essas áreas devem agir de forma articulada envolvendo o tripé ensino, extensão e pesquisa no intuito de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que visem garantir a proteção social dos discentes enquanto matriculados (IMPERATORI, 2017). O dispositivo legal elenca, de forma taxativa, as áreas de atuação do PNAES como: “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010).

Contudo, como informa Andrade e Teixeira (2017), as ações de assistência estudantil são deliberadas e colocadas em prática de acordo com o contexto e especificidade de cada Instituição Federal de Ensino Superior a qual responde pelo acompanhamento e avaliação dessas ações, desde que respeitada as áreas de atuação previstas no Decreto nº. 7.234 de 2010.

Dessa forma, o PNAES indica apenas a direção a ser seguida pela Instituição Federal de Ensino Superior, quanto às áreas de implementação das ações sociais da política de assistência estudantil. Cabendo, portanto, a cada Instituição de Ensino

definir como aplicar, quais critérios seguir, qual a metodologia adotada, e qual a melhor estratégia a ser praticada dentro dos parâmetros estabelecidos pelo PNAES. Levando em consideração as peculiaridades de cada Instituição e do corpo discente a ser beneficiado (BRASIL, 2010).

Esse também é o entendimento de Imperatori (2017, p. 297), ao explicar que:

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência. Isso está de acordo com a Constituição Federal de 1988 que, no seu art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Infere-se que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

Essa percepção também pode ser vista nos ensinamentos de Paixão, et al. (2017) ao explicarem que:

A assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem condições de saúde, acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros (, p. 104).

Corroborando esse entendimento, Machado e Pan (2016, p. 481) acrescentam que as Instituições Federais de Ensino Superior “têm a responsabilidade de criar e gerenciar suas formas de combater a evasão dos estudantes; tem autonomia para criar programas, bolsas e outras formas de auxílios, assim como os regimentos que regulamentam cada um desses auxílios”. Dessa forma, as Instituições de Ensino têm a liberdade quanto à forma de sua atuação no desenvolvimento das ações de políticas públicas do PNAES, podendo dirigir suas ações de acordo com demandas e os casos em concreto de cada Instituição.

Assim, percebe-se que a liberdade de atuação na escolha e implementação das ações de políticas públicas possibilita uma proximidade do desenvolvimento das

ações voltadas para o combate à evasão e o incentivo à permanência acadêmica com os problemas enfrentados diretamente pelos discentes.

Outro ponto interessante quanto à aplicabilidade do PNAES está relacionada à abrangência dos beneficiados por esse programa. Embora o direito à educação, como previsto no Texto Constitucional de 1988, seja garantido a todos de forma igualitária em condições capazes de promover acesso e permanência, o PNAES, conforme preceitua o artigo 5º, do Decreto 7.234 de 2010, está voltado, prioritariamente, aos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2010).

Essa heterogeneidade se faz em decorrência das razões de criação e implantação do PNAES, pois trata-se de uma política pública, promovida pelo Estado, que objetiva criar condições que promovam o acesso à educação de forma igualitária, em especial a classe menos favorecida, com vias a concretizar a educação como um direito social pertencente a todos (VASCONCELOS, 2010).

Assim, a participação, pelos alunos, nas ações do PNAES requer o preenchimento de requisitos formulados em consonância com a renda familiar ou individual do aluno, a depender de sua configuração dentro de cada Instituição de Ensino. Esses requisitos têm a finalidade de tornar as ações do PNAES mais restritas aos indivíduos que realmente precisam dela para sua manutenção no curso. Desse entendimento, se observa o caráter segregativo do PNAES, pois não tem uma abrangência genérica destinada a todos os discentes da Instituição de Ensino, mas pelo contrário, existe uma restrição dos beneficiários em sua aplicação direta (IMPERATORI, 2017)

Diante dessa situação de não universalidade da política pública de assistência estudantil, cabe ressaltar que as Instituições de Ensino têm liberdade de atuação para o desenvolvimento das ações do PNAES. A implementação de algumas dessas ações atinge o corpo discente como um todo sem qualquer distinção econômica como ocorre no fornecimento de atendimento multidisciplinar, na utilização da biblioteca e do refeitório, pois, como doutrina Andrade e Teixeira (2017), as políticas de assistência estudantil não podem se prender apenas as questões de ordem financeira, devendo alcançar o apoio pedagógico aos alunos de forma geral.

Dessa forma, as ações de assistência estudantil do PNAES apresentam dois segmentos: uma de abrangência geral atendendo a todos os discentes da Instituição

de Ensino indistintamente; e outro com amplitude mais restrita, focando num grupo específico de alunos, conforme especifica Oliveira e Oliveira (2015):

Geralmente, estas são caracterizadas pelo alcance de suas ações podendo ser nomeadas como programas ou ações de abrangência geral ou de abrangência específica. Entre os programas de assistência estudantil de abrangência geral – aqueles a que todos os estudantes têm acesso - destacam-se a oferta de serviços referentes à biblioteca, aos refeitórios, aos laboratórios didáticos, ao ensino de línguas, à inclusão digital, ao acompanhamento psicopedagógico, à participação no desenvolvimento de projetos de pesquisa, bem como ações de acesso à cultura e ao lazer. Quanto aos programas de assistência estudantil, caracterizados como de abrangência específica – aqueles que atendem a grupo específico – destacam-se aqueles que preveem suporte financeiro ou apoio econômico para gastos relativos ao transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação (FERNANDES, 2012), promovendo as condições necessárias para que estes estudantes deem continuidade aos seus cursos (2015, p.201).

As ações tidas como de amplitude geral que atendem a todos os alunos vêm se mostrando efetivas na elevação do desempenho acadêmico. A relação entre a essas ações, tidas como de abrangência geral, e a percepção de sua relevância pelos discentes fica demonstrada em vários estudos. Vasconcelos (2010) defende a importância do Refeitório como uma política de assistência estudantil voltada para permanência do aluno. Segundo seu trabalho, os alunos atendidos por essa política apresentam-se estimulados na permanência do curso.

Andrade e Teixeira (2017) retratam a valoração do apoio pedagógico no desenvolvimento acadêmico dos alunos para superação dos desafios e alcançar o êxito. Paixão et al. (2017) explica que um dos objetivos da assistência estudantil é a promoção de recursos necessários para superação das condições adversas que inviabilizam a permanência e êxito do aluno. Esses recursos envolvem medidas que promovam assistência médica, recursos didáticos pedagógicos que auxiliam a aprendizagem, recursos voltados para a promoção da alimentação como a disponibilidade de um refeitório ou restaurante universitário, recursos que atendam à necessidade de moradia dos alunos como alojamentos, e ainda recursos financeiros capazes de suprir demandas como transporte e outros.

A partir destes trabalhos, percebe-se que o caráter separativo das ações de assistência estudantil fica dentro da atuação específica do PNAES, enquadrando apenas aqueles que comprovadamente necessitam de recursos financeiros para sua permanência. Esse entendimento permite visualizar a possibilidade de um mesmo

aluno se beneficiar com a acumulação de ações de assistência estudantil. Assim, o estudante pode ter acesso às ações de apoio pedagógico, a frequentar o refeitório e ainda ser beneficiário de alguma bolsa financeira, desde que dentro das especificidades tratadas por cada Instituição Federal de Ensino Superior quanto à atuação dessas políticas (IMPERATORI, 2017).

2.5 REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA CORRELATA

As ações de assistência estudantil, embora pouco estudadas, têm se mostrando cada vez mais presentes em esforços de pesquisas. Fenômenos como permanência, evasão e retenção tomam contextos importantes quando relacionados os recursos empregados nas ações do PNAES e sua efetividade frente ao ajuste fiscal iniciado a partir de 2015 (CRUZ, HOURI; 2017). Nessa linha de raciocínio, apresenta-se uma breve revisão da literatura, conforme Quadro 1, com base nos estudos correlatos encontrados nas bases: *Directory of Open Access Journals*, *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo).

Quadro 1 - Literatura Empírica Correlata

Autores	Objetivo	Método	Resultados
Oliveira e Oliveira (2015)	"Entender como os estudantes do CEFET-MG, regularmente matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na forma integrada ao Ensino Médio regular, compreendem a permanência escolar e quais relações estabelecem entre esse direito e a Política de Assistência Estudantil (PAE) dessa instituição de ensino"(p.208).	Foram aplicados 67 questionários semiestruturados com discentes aleatórios na forma de abrangência das ações de assistência estudantil, e desses foram entrevistados 13 que recebiam apoio financeiro (bolsa). Paralelamente, foram entrevistadas duas gestoras da Secretaria de Políticas Estudantil – PAE. Uma atua na gestão dessa política de forma mais genérica e a outra de caráter mais amplo e, a outra gerencia o Programa de Bolsas.	A pesquisa conclui pelo reconhecimento dos discentes que responderam o questionário ou foram entrevistados da importância do aporte financeiro para o desempenho acadêmico. Quanto às gestoras, estas entendem que o Programa de Bolsas não deveria ter um caráter excludente, pelo contrário sua abrangência deveria ser geral para que todos os alunos tivessem condições igualitárias.
Machado e Pan (2016)	A pesquisa teve como objeto analisar se ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná, sob a óptica dos discentes em situação de vulnerabilidade financeira, cria viés de entendimento da Assistência Estudantil como um benefício ou um direito.	A pesquisa se baseou em estudo documental sobre a implantação do PNAES na da Universidade Federal do Paraná. E, na realização de entrevistas e grupos focais com alunos participantes diretamente das ações de assistência estudantil que tivessem mais de um ano no programa. Foram realizadas dez entrevistas individuais e dois grupos focais - somando o total de 16 estudantes participantes.	Os autores evidenciaram a "contradição (não exclusiva) de uma política inclusiva pelo sofrimento ético-político dos estudantes, categoria usada por Sawaia (2006), que denuncia, pela emoção, a posição dos excluídos no processo da inclusão."
Figueiredo e Salles (2017)	O trabalho teve como principal objetivo analisar os motivos que levaram os alunos matriculados no primeiro período de um curso técnico ofertado pela Unidade do Cefet/RJ situada em Petrópolis abandonarem o curso.	Foram realizadas entrevistas semiabertas que mesclaram questões descritivas, explicativas ou causais, avaliativas, hipotéticas e categoriais entre 10 alunos correspondendo a 38,36% de um total de alunos evadidos das turmas de primeiro período de um curso técnico ofertado pelo CEFET RJ durante o período de 03 anos.	O trabalho apontou diversos motivos que levaram os alunos a abandonarem os cursos dentre eles: lacunas na escolha do curso; fatores escolares; dificuldades pessoais; influência de amigos; oportunidades e desinteresse institucional e/ou governamental. A pesquisa também concluiu que faltam ações capazes de efetivamente combater a evasão e promover a permanência dos alunos.

Estrada e Radaelli (2017)	A pesquisa teve como foco analisar na perspectiva dos estudantes do Campus de Realeza da Universidade Federal de Fronteiras do Sul - UFFS a política de assistência estudantil. E se as ações desenvolvidas vêm atendendo satisfatoriamente à demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.	Foram aplicados 192 questionários entre alunos de vários cursos de graduação no período de 2012. Dos quais apenas 83% responderam.	A pesquisa aponta que as ações de política de assistência estudantil desenvolvidas pela UFFS não apresenta efetividade. O estudo também aponta que dentre as ações desenvolvidas destacam-se os programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros a fim de suprir necessidades estudantis com moradia, alimentação e transporte. E que estes programas, embora não sejam suficientes para manutenção do aluno, são essenciais para permanência discente na universidade.
Paixão, Torezani, Gonçalves e Bozetti (2017)	O estudo tem como foco "investigar a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere à permanência e ao desempenho acadêmico, a fim de analisar a funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso"(p.104)	A pesquisa se valeu de análise documental e questionário aberto. "A análise documento foi realizada a partir dos documentos que tratam da implantação e implementação da Política de Assistência Estudantil" (p. 107) . E o questionário foi "aplicado aos alunos regularmente matriculados do Curso de Agronomia contemplados na Política de Assistência Estudantil (PAE) do Ifes-Campus Santa Teresa, nos Programas de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação[...] Sendo adotado um total de 05 (cinco) alunos por período dentre os matriculados no Curso, em um universo total de 10 (dez) períodos e 100 (cem) sujeitos de pesquisa"(p. 108 e 109). Desses apenas 29 foram respondidos.	Evidenciou a falta de conhecimento das ações de assistência estudantil pelos discentes e foram sugeridas medidas para a sanar essa fragilidade tais como "palestras, para a comunidade entender que a assistência estudantil pode garantir a permanência dos alunos, com fragilidade no âmbito financeiro, nessa instituição" (p.111)

Fonte: Levantamento efetuado pela autora.

Conforme se observa no Quadro 1, pode-se notar que a literatura tem investigado a temática da assistência estudantil por meio da interrogação direta aos alunos, através de entrevistas ou aplicação de questionários, com o objetivo de analisar a percepção dos discentes quanto à efetividade das ações no combate à

evasão e retenção escolar com vistas à promoção da permanência e sucesso estudantil com a conclusão dos cursos.

Os resultados dos estudos empíricos têm convergindo no sentido de demonstrar a importância da assistência estudantil, em especial do aporte financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade financeira, como fator preponderante na permanência e êxito do aluno.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa científica descritiva que teve como foco ouvir a percepção dos discentes beneficiários das ações de assistência estudantil no IFPI - Campus Teresina Zona Sul, por meio da aplicação de questionários. Adicionalmente, foram entrevistados servidores que atuam diretamente nas ações de assistência estudantil desenvolvidas pelo Campus, por meio de roteiro semiestruturado. Em ambos os casos foram utilizados como base as ferramentas de pesquisa (questionário e roteiro de entrevista) desenvolvidas com base na literatura empírica correlata.

Subsidiariamente, a fim de contextualizar o cenário estudado, foram abordadas informações contidas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) quanto aos anos de referência de 2017 e 2018. Esta plataforma foi desenvolvida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação com o intuito de apresentar estatísticas para análise de dados e indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, tendo como início os dados relativos a 2017.

Verifica-se, por meio da PNP, um grande avanço quanto à junção dos dados relacionados ao ensino superior e em particular ao ensino profissionalizante, uma vez que os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação, não são claros em relação ao ensino profissionalizante das Instituições Federais de Ensino Superior.

Partindo dos dados obtidos na PNP, buscou-se, junto à Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI, dados relacionados à evasão escolar e aos investimentos das políticas assistências no IFPI, com o objetivo de complementar a pesquisa, uma vez que na PNP só constará os dados dos últimos dois anos (2017 e 2018).

É importante ressaltar que, segundo a PNP, o IFPI apresentou a terceira menor taxa de evasão entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Nordeste, em 2017. E, em 2018, o IFPI, teve a quarta menor taxa de evasão entre os IFs do Nordeste. Embora tenha retratado uma diminuição em sua taxa de evasão, a qual caiu em 3,3% de um ano para o outro.

Já com relação ao gasto anual por matrícula, o IFPI apresentou, para o ano referência 2017, o segundo menor custo corrente por aluno, ficando abaixo da média anual do gasto corrente anual dos IFs do Nordeste, dados que se repetiram em 2018.

Assim, esse trabalho investigou dados relacionados aos investimentos nas políticas de assistência estudantil e sua repercussão com a taxa de evasão. Essa investigação foi suportada por meio do Relatório de Indicadores do Programa de atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social/POLAE - PAEVS e do Relatório Geral de Gastos da POLAE - SIFAE no Campus, ambos expedidos pela Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI.

O Campus Teresina Zona Sul foi escolhido como lócus de pesquisa, dentre os 21 *Campi* do IFPI, por apresentar o segundo maior orçamento do IFPI, no ano de 2017, de acordo com os dados do Portal da Transparência, e o segundo Campus com o maior número de ingressos de alunos no referido ano conforme a PNP.

Durante a pesquisa, foi realizada uma triagem junto aos alunos dos cursos técnicos, superiores do IFPI - Campus Teresina Zona Sul, beneficiados, de forma direta e indireta, pelas ações das políticas de assistência estudantil, no tocante a sua permanência e êxito. Como beneficiário indireto, consideraram-se os alunos que não recebem bolsa financeira, mais usufruem do Refeitório do Campus e recebem o acompanhamento da equipe multidisciplinar.

Para tanto, esse estudo se valeu de uma pesquisa de campo a fim de avaliar a percepção dos alunos beneficiários da Política Pública de Assistência Estudantil realizada por meio de formulação de questionários, bem como ouvir servidores que atuam diretamente na execução dessas ações. E de forma complementar, foi realizada análise documental, por meio dos relatórios PAEVS e SIFAE, PNP e Portal da Transparência como forma de obter dados relacionados ao desembolso financeiro com a manutenção da política pública de assistência estudantil, e como esse valor é empregado efetivamente no custeio das ações de assistência estudantil.

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: por meio de aplicação de questionários, por amostragem, junto ao corpo discente do IFPI-CATZS, com a finalidade de avaliar a percepção desses alunos na efetividade das ações desenvolvidas; e através de entrevistas semiestruturadas junto aos servidores do

Campus como forma de avaliar a compreensão dessa política pelos agentes que atuam diretamente na aplicação dessas ações. Subsidiariamente a estes dados, foi utilizado o Relatório de Indicadores do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social/POLAE - PAEVS, o Relatório Geral de Gastos da POLAE - SIFAE do Campus, e os dados obtidos na PNP e no Portal da Transparência.

Os questionários aplicados aos discentes foram coletados no Instituto Federal do Piauí – Campus Teresina Zona Sul, no período de 21 a 28 de agosto de 2019. Importante ressaltar que o calendário acadêmico do campus encontra-se em desacordo com o calendário civil devido aos períodos de greves passadas e ocupações. Assim a coleta de dados ocorreu na finalização do primeiro semestre letivo de 2019.

Para coleta dos dados juntamente aos discentes, foi utilizado o Questionário proposto por Estrada e Randaelli (2017), sendo adaptado quanto à nomenclatura e às ações de assistência estudantil ao local da pesquisa.

Como análise dos dados, obtidos no questionário, recorreu-se aos ensinamentos de Câmara (2013) ao tentar trabalhar os dados com base na análise de conteúdo de Bardin. Seguindo esse raciocínio na primeira etapa, chamada de pré – análise, foram aglutinados os dados coletados, inicialmente observou-se a interrelação entre: idades, sexo, turno e modalidade de curso. Depois, na fase de exploração do material com os dados obtidos nos questionários e quantificados, passa-se a uma leitura flutuante sobre as informações traçadas, suas convergências e divergências. E, por fim, na terceira etapa, tentou-se interpretar os resultados obtidos.

Vale ressaltar que a Análise de Conteúdo consiste:

um método composto por um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que possibilita compreender a mensagem além de seus significados imediatos. Possui duas funções que coexistem: a função heurística, que objetiva explorar e aumentar a propensão à descoberta, e a função de prova, quando busca confirmar uma questão. Dessa forma, a análise de conteúdo auxilia na superação da incerteza e no enriquecimento da compreensão da mensagem (SCHIAVINI E GARRIDOS, 2018, p.3).

Assim, esse trabalho propõe uma pesquisa bibliográfica, descritiva, a que será complementada por uma pesquisa de campo realizada junto aos discentes, servidores e pais dos alunos do IFPI-CATZS com o objetivo de avaliar, pela

concepção dos discentes, a efetividade da implementação das políticas públicas de assistência estudantil na melhoria do rendimento acadêmico.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa etapa do estudo, são reportados os aspectos obtidos junto ao corpo discente, por meio do preenchimento de questionário. Adicionalmente, foram apresentados os dados da PNP que retratam a situação de permanência, evasão e retenção escolar. E as informações sobre os valores investidos nas políticas de assistência estudantil.

Foram aplicados 250 questionários, dos quais 4% foram descartados, por falta de preenchimento de dados como curso, sexo, turno entre outros, o que inviabilizava a contagem e agrupamento das demais informações.

4.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

O campus Teresina Zona Sul faz parte dos 20 *campi* que compõem o IFPI. Situado na Avenida Pedro Freitas, nº 1020, no bairro Vermelha, completa 11 anos de efetivo serviço prestado à comunidade.

Iniciado como um Campus avançado em 2008, quando começou a funcionar, alcançou, em 2013, sua autonomia administrativa como um *Campi* da Rede Federal do IFPI, tendo como primeira Diretora Geral eleita a senhora Francisca Assunção Almeida.

Atualmente, o Campus conta com 1.133 alunos voltados para o ensino técnico, tecnológico e licenciatura de qualidade, dividido nas modalidades de ensino técnico concomitante, técnico subsequente e superior, que funcionam nos três turnos.

Sua estrutura física conta com 13 salas de aulas, 03 laboratórios de informática para atender a todos os cursos, e 08 laboratórios voltados para as disciplinas específicas de seus cursos. O Campus também dispõe de uma biblioteca, um refeitório e uma quadra poliesportiva. Embora conserve quase que a estrutura original do início de suas atividades, está prestes a receber um bloco com 10 salas de aulas.

Em sua estrutura de capital humano, o Campus conta 161 servidores dos quais 93 são Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que atendem os cursos de nível médio e superior; e 68 são Técnicos Administrativos. Dentre os

servidores administrativos, destacam-se os atuantes na equipe multidisciplinar voltada para o acompanhamento direto ao aluno. A equipe conta com 2 (dois) médicos, 2 (dois) técnico em enfermagem, 3 (três) dentista, 2 (dois) técnico em saúde bucal, 1 (um) psicólogo, 6 (seis) pedagogos/técnicos em assuntos educacionais, 2 (dois) nutricionistas e 2 (dois) assistente social.

São ofertados os cursos técnicos de edificações, estradas, saneamento, vestuário, cozinha, panificação e nutrição dietética. E os cursos superiores de Tecnólogo em Gastronomia, Design de Modas, Licenciatura Plena em Informática. Atualmente, está em fase de implantação o Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, previsto para o início das aulas no semestre letivo 2019.2, completando assim a verticalização dos cursos técnicos.

Além dos cursos descritos acima, o *lócus* de pesquisa se destaca por ser o único Campus que oferta, de forma contínua, o curso técnico de cozinha voltado para educação de jovens e adultos, os quais mais à frente serão abordados dentro do PROEJA.

A forma de ingresso nos cursos de nível técnico, exceto PROEJA, se faz por meio de exame classificatório e, apenas em caso de não preenchimento das vagas, utiliza-se a chamada pública. No caso do nível superior, o preenchimento das vagas ocorre por meio do Enem.

4.2 A ESCOLHA DO *LÓCUS* DE PESQUISA

O Campus Teresina Zona Sul, embora tenha alcançado sua autonomia administrativa recentemente, é um dos campi mais antigo do Instituto. Sendo mais novo apenas que o Campus Central, que iniciou o IFPI em 1910 como Escola de Aprendizes e Artífices, e o Campus Floriano, inaugurado em 1994 como UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) (RODRIGUES; 2002).

O Campus em estudo chama a atenção nos resultados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, conforme aponta o quadro 2, para o ano de referência 2017:

Quadro 2: Matrículas e taxa de evasão no IFPI - 2017

CAMPUS	MATRÍCULAS				Evasão
	EM FLUXO	RETIDO	TOTAL	%	
CAMPUS TERESINA CENTRAL	3759	695	4454	30,36%	9,50%
CAMPUS TERESINA ZONA SUL	1153	152	1305	8,90%	14,80%
CAMPUS FLORIANO	787	215	1002	6,83%	24,10%
CAMPUS CORRENTE	697	195	892	6,08%	12,60%
CAMPUS PARNAÍBA	731	130	861	5,87%	21,40%
CAMPUS PICOS	636	154	790	5,39%	10,30%
CAMPUS PIRIPIRI	580	49	629	4,29%	22,00%
CAMPUS OEIRAS	554	31	585	3,99%	8,80%
CAMPUS ANGICAL	489	80	569	3,88%	35,20%
CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO	526	29	555	3,78%	14,10%
CAMPUS COCAL	416	20	436	2,97%	20,30%
CAMPUS URUÇUÍ	400	21	421	2,87%	15,10%
CAMPUS PEDRO II	402	15	417	2,84%	5,90%
CAMPUS VALENÇA	364	18	382	2,60%	28,80%
CAMPUS PAULISTANA	334	43	377	2,57%	47,90%
CAMPUS SÃO JOÃO	342	0	342	2,33%	15,60%
CAMPUS CAMPO MAIOR	323	3	326	2,22%	5,00%
CAMPUS AVANÇADO TERESINA DIRCEU	124	38	162	1,10%	49,10%
CAMPUS AVANÇADO PIO IX	86	0	86	0,59%	0,00%
CAMPUS JOSÉ DE FREIRAS	79	0	79	0,54%	17,40%
TOTAL	12782	1888	14670	100,00%	18,60%

Plataforma Nilo Peçanha, 2018 (ano de referência 2017)

Nestes dados, é possível verificar, no quesito relacionado às Matrículas, que o Campus apresenta-se como o segundo maior em número de discentes matriculados, representando 8,9% do total dos 14.670 alunos do IFPI. Ainda, dentro desse módulo da PNP, se constata que o índice de alunos retidos no campus lócus se encontra abaixo dos campi mais experientes como Campus Central e Campus Floriano.

Assim, dentre os cinco campi com maior número de alunos, o campus em estudo apresenta o segundo menor número de alunos evadidos, estando atrás apenas do Campus Corrente que, em termos comparativos, apresenta 68% do total de alunos do Campus Teresina Zona Sul. Estes fatores chamam a atenção para o Campus escolhido que, em sua pouca existência assume uma situação diferenciada frente aos demais *campi*.

Importante salientar alguns conceitos empregados pela Plataforma em seus cálculos. Para sua contagem, considera-se como aluno matriculado todo aquele que tiver ao menos um dia ativo de sua matrícula no ano de referência, ou seja, no período da pesquisa. Muito embora a plataforma possibilite que um mesmo discente possa contar duas vezes, caso esteja matriculado em dois cursos num mesmo período, essa situação dificilmente pode acontecer no Instituto, uma vez que por aluno só se permite uma única matrícula por vez.

Entende-se que essa situação também encontra óbice quando se leva em conta a forma de ingresso nos cursos, que se dá por meio de exame classificatório. Contudo, tal ocorrência, embora remota, pode acontecer nos casos em que um aluno tranca o curso e se inscreve em outro sendo aprovado.

O quantitativo de alunos retidos é calculado levando em consideração o número de alunos que permanecem matriculados por um período superior ao tempo previsto para a conclusão do curso. Com relação à taxa de evasão, a plataforma calcula a relação de discentes que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas, em porcentagem.

Ao se analisar os dados do quadro 2, também deve ser levado em consideração a data de criação dos *campi* e o seu tempo de funcionamento. Seguindo essa classificação, pode-se dividir os *campi* do IFPI em cinco grupos. O primeiro formado pelo Campus Teresina Central, o mais antigo dos *campi*; o segundo pelo Campus Floriano; o terceiro pelos *Campi* Teresina Zona Sul, Picos e Parnaíba, inaugurados em 2007 e com início de suas atividades no ano seguinte; o quarto agrupamento, pelos *Campi* Piripiri, Angical, Paulistana, Uruçuí, São Raimundo Nonato, Corrente, Pedro II, São João e Oeiras, os quais tiveram suas atividades iniciadas em 2010; e o quinto grupo traz os *campi* mais recentes: Cocal, Valença, Campo Maior, Avançado Dirceu Arcoverde, Avançado Pio IX e Avançado José de Freitas.

Por meio dessa separação, pode-se identificar a diferença de dados entre o Campus Teresina Zona Sul e os *campi* que têm a sua mesma idade e estrutura, colocando-o em local de destaque não apenas em relação aos *campi* de seu grupo.

Ao se analisar os dados obtidos no ano de referência 2018 pela Plataforma Nilo Peçanha, conforme o quadro 3, se observa que os resultados de 2017 se

mantêm de forma comparativa, pois o Campus Teresina Zona Sul continua sendo o segundo maior Campus em número de alunos matriculados. Entretanto, há um aumento no número de discentes retidos. O campus que figurava em 2017 como o quinto campus em retenção assume o segundo lugar em 2018. Interessante reafirmar que até a presente data só consta duas edições da Plataforma.

Quadro 3 - Matrículas e taxa de evasão no IFPI - 2018

CAMPUS	MATRÍCULAS				Evasão
	EM FLUXO	RETIDO	TOTAL	%	
CAMPUS TERESINA CENTRAL	3443	1203	4646	27,48%	12,50%
CAMPUS TERESINA ZONA SUL	1171	331	1502	8,88%	10,00%
CAMPUS FLORIANO	873	283	1156	6,84%	10,60%
CAMPUS CORRENTE	694	162	856	5,06%	18,00%
CAMPUS PARNAÍBA	741	124	865	5,12%	19,70%
CAMPUS PICOS	663	238	901	5,33%	23,60%
CAMPUS PIRIPIRI	557	106	663	3,92%	17,20%
CAMPUS OEIRAS	491	180	671	3,97%	10,20%
CAMPUS ANGICAL	525	121	646	3,82%	16,60%
CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO	602	91	693	4,10%	18,30%
CAMPUS COCAL	488	82	570	3,37%	14,50%
CAMPUS URUÇUÍ	598	97	695	4,11%	14,70%
CAMPUS PEDRO II	411	116	527	3,12%	20,60%
CAMPUS VALENÇA	450	37	487	2,88%	11,20%
CAMPUS PAULISTANA	545	60	605	3,58%	17,30%
CAMPUS SÃO JOÃO	504	37	541	3,20%	12,50%
CAMPUS CAMPO MAIOR	327	76	403	2,38%	27,70%
CAMPUS AVANÇADO TERESINA DIRCEU	217	45	262	1,55%	16,50%
CAMPUS AVANÇADO PIO IX	127	1	128	0,76%	25,90%
CAMPUS AVANÇADO JOSÉ DE FREIRAS	90	0	90	0,53%	17,10%
TOTAL	13517	3390	16907	100,00%	15,30%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019 (ano de referência 2018)

Os dados do ano base 2018 indicam que houve uma diminuição da taxa de evasão do Campus Teresina Zona Sul em relação ao ano anterior, passando o Campus a apresentar a menor taxa de evasão do IFPI. Dessa forma, se observa que houve uma redução na taxa de evasão ao se comparar os dois anos da Plataforma.

Outro fato importante a considerar, quanto da escolha do Campus, está relacionado à questão orçamentária. No ano de 2017, segundo o Portal da

Transparência, o Campus recebeu o terceiro maior orçamento do IFPI para os campi, ficando atrás do Campus Teresina Central que possui maior número de alunos e do Campus Floriano que apresenta um quantitativo de discentes, significativamente, abaixo do Campus Teresina Zona Sul.

No decorrer dos últimos quatro anos (2015-2018), o Campus esteve dentre os cinco campi com maior orçamento empenhado. O quadro 4 apresenta o total de orçamento empenhado, ou seja, as despesas realizadas no período de 2015 a 2018. Foi escolhido esse período, pois, apenas a partir da metade de 2014, os demais campi passaram a apresentar esse dado no Portal da Transparência. Assim, foi desconsiderado, nessa pesquisa para efeitos demonstrativos, o ano de 2014 e anteriores. Importante ressaltar que a Reitoria, sede do IFPI, não figura nessa pesquisa como um campus. Além dessa informação, cabe enfatizar que Reitoria detém o maior orçamento do IFPI, vez que os custos relacionados à folha de pagamento e investimentos (construções) encontram-se centralizados em seu orçamento.

Os *campi* avançados por não possuírem orçamento próprio também não figuraram nesse demonstrativo.

Quadro 4 - Orçamento IFPI - despesas empenhadas 2015 a 2018

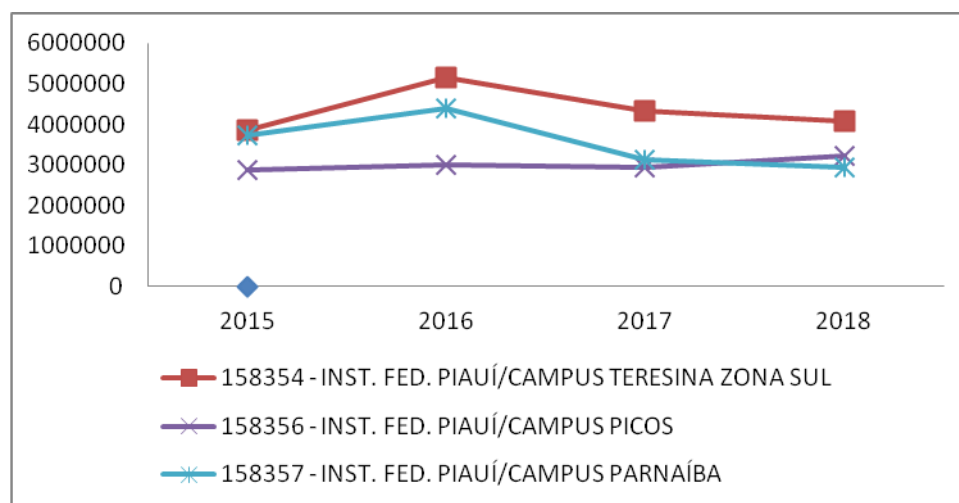
CAMPUS	2015	2016	2017	2018
154701 - IFPI-CAMPUS OEIRAS	1.815.553,05	2.276.106,56	2.105.942,81	1.981.780,06
154704 - IFPI-CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ	1.779.283,00	2.184.512,42	2.031.200,90	1.997.123,53
154705 - IFPI-CAMPUS PEDRO II	2.853.142,48	2.624.194,99	1.694.523,09	1.801.205,05
155199 - IFPI-CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ	1.332.025,31	2.367.737,34	1.928.945,77	1.884.775,85
155207 - IFPI-CAMPUS CAMPO MAIOR	1.319.327,00	2.006.759,74	1.540.844,63	1.638.625,98
155214 - IFPI-CAMPUS COCAL	1.511.668,92	1.932.765,24	1.681.043,23	1.628.174,56
158146 - IFPI-REITORIA	252.597.928,68	293.320.226,37	337.287.429,22	393.242.775,20
158353 - IFPI-CAMPUS TERESINA CENTRAL	10.449.222,85	13.097.934,30	11.165.924,65	11.091.014,87
158354 - IFPI-CAMPUS TERESINA ZONA SUL	3.867.330,42	5.144.581,72	4.318.094,21	4.076.753,96
158355 - IFPI-CAMPUS FLORIANO	5.491.546,13	4.278.852,14	4.472.820,83	4.010.086,06
158356 - IFPI-CAMPUS PICOS	2.870.161,09	3.012.813,37	2.944.675,49	3.206.359,99
158357 - IFPI-CAMPUS PARNAÍBA	3.727.973,56	4.401.589,30	3.116.938,26	2.934.367,45

158358 - IFPI-CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ	2.289.881,66	2.665.563,82	2.405.684,50	3.070.499,26
158359 - IFPI-CAMPUS PAULISTANA	2.396.874,42	3.535.728,59	2.636.130,13	2.651.727,76
158360 - IFPI-CAMPUS PIRIPIRI	2.318.925,83	2.989.690,67	2.628.844,22	2.970.192,90
158361 - IFPI-CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO	2.733.612,62	2.843.089,78	2.720.503,22	2.522.363,73
158362 - IFPI-CAMPUS CORRENTE	2.740.979,93	3.293.951,96	2.469.056,17	2.709.595,80
158363 - IFPI-CAMPUS URUÇUI	2.475.800,38	2.672.467,18	3.023.215,97	2.625.616,15
TOTAL	304.571.237,33	354.648.565,49	390.171.817,30	446.043.038,16

Fonte: Portal da Transparência

A partir de 2016, observa que o Campus Teresina Zona apresenta um incremento em seu orçamento passando a alcançar alternativamente o segundo e o terceiro campi com maior orçamento do IFPI. Realidade diferente do ano inicial da pesquisa em 2015 quando seu orçamento fica mais próximo ao terceiro grupo dos campi, conforme reportado na Figura 1:

Figura 1 – Relação orçamentária dos campi criados em 2007 (2015-2018)



Fonte: Portal da Transparência

Assim, o Campus Teresina Zona Sul foi escolhido por ser o Campus dentre os de sua faixa de estrutura e idade o que possui maior número de alunos e o maior orçamento, estando abaixo apenas do Campus Teresina Central que, por sua estrutura física e organizacional, se diferencia em orçamento e quantidade de alunos. Nessa perspectiva, o desempenho em termos orçamentários e quantitativos (de alunos matriculados) fazem o campus transcender as expectativas e deferência

dos demais de seus grupos colocando-o numa situação diferenciada de crescimento frente aos demais campi de mesma estrutura.

4.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI CATZS

O IFPI cumpre a determinação do PNAES por meio da Resolução nº 14/2014 emitida pelo Conselho Superior do IFPI – CONSUP. Essa resolução instituiu a Política de Assistência Estudantil do IFPI – POLAE a qual foi alterada pela Resolução nº. 31/2014 e 27/2016, disciplinando assim, o regramento de execução desse programa no âmbito do IFPI.

A construção da POLAE, além do respaldo legal contido no Decreto nº. 7.234/10, teve como tripé de sustentação a metodologia adotada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, a experiência dos servidores envolvidos nas políticas de assistência estudantil ligados à Pró - Reitoria de Extensão já desenvolvidas pelo órgão e na equipe multidisciplinar do IFPI (POLAE, 2014).

Rodrigues (2002) destaca que a preocupação em fomentar e diminuir as desigualdades sociais focando em instrumentos capazes de reduzir a evasão e ajudar aos discentes no êxito educacional vem desde o início da história do IFPI, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, em 1910. De forma sistêmica, o autor elenca como instrumentos dessa temática o fornecimento de lanche que durante toda a trajetória do IFPI se alternou entre lanche e refeição de acordo com os recursos da época e a infraestrutura, mas sempre pautada no fornecimento de uma alimentação saudável e balanceada.

Outras ações desenvolvidas pelo IFPI, dentro dessa política, ao longo de sua trajetória foram: o fornecimento de subsídio financeiro aos discentes em formato de bolsas; em 1950, o Programa Caixa Escolar; e em 1970, a criação do Programa de Bolsas Escolares. Além desses programas, Rêgo (2009) cita o desenvolvimento de campanhas educativas pelo setor médico desde 1970 como forma de implementação das ações de assistência estudantil. Todas essas medidas tinham como propósito minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e êxito dos discentes.

Como se percebe, o IFPI sempre teve sua gestão voltada para as ações de assistência estudantil de acordo com os regramentos legais o que de fato levou ao desenvolvimento da política atual. Com vistas a proporcionar oportunidades de forma equitativa ao seu corpo de alunos, a POLAE tem como objetivo maior combater a evasão e retenção escolar, melhorar o desenvolvimento acadêmico por meio do incremento financeiro e fornecimento de estrutura de apoio que possibilite aos alunos permanecerem matriculados até a conclusão de seus cursos. (POLAE, 2014).

Segundo a Resolução nº. 14/2014 – CONSUP/IFPI, podem ser atendidos pela POLAE todos os alunos devidamente matriculados nos cursos presenciais do IFPI. Ela organiza seu atendimento em duas ações: os Programas Universais e o Programa de Atendimento a Pessoas em Vulnerabilidade Social.

Os programas universais se destinam a todos os alunos e atuam em 03 (três) vertentes: o atendimento ao estudante; o desenvolvimento técnico e científico; as necessidades educacionais específicas.

Dentro da ação de atendimento ao estudante, há o acompanhamento biopsicossocial do desenvolvimento acadêmico do discente pela equipe multidisciplinar. Nesse acompanhamento, encontra-se a prestação dos serviços de alimentação estudantil desenvolvido por meio do refeitório do Campus, onde as nutricionistas são responsáveis pelo preparo de um cardápio variado e balanceado, sendo estipulada uma alimentação (almoço ou jantar) por aluno. Encontra-se também a assistência à saúde do estudante, promovida pelo setor médico, setor odontológico e setor de psicologia.

Estes setores atuam no desenvolvimento de campanhas preventivas, visando à saúde e ao bem-estar dos alunos, bem como no atendimento ambulatorial e encaminhamentos necessários. Há, também, o acompanhamento e suporte ao ensino, cujas ações visam acompanhar a vida estudantil do aluno e, se for o caso, fornecer o suporte acadêmico necessário. Por fim, existe ainda o incentivo à participação política, acadêmica, cultural e esportiva. Através dessa ação, se busca fomentar o senso crítico do aluno por meio de sua participação em eventos culturais e esportivos através do fornecimento de bolsas (ajuda de custo).

O desenvolvimento técnico científico é realizado através de programas e ou projetos que estimulem o conhecimento. Nesta política, há o fornecimento pecuniário

em contrapartida com um fomentador e incentivador do conhecimento. Fazem parte desta ação os programas: PRAEI, MONITORIA, PIBIC, PIBIC JR, os projetos de extensão e as visitas técnicas. Embora o programa PROEJA não tenha sido trazido dentro da POLAE, ele continua ativo por meio da Resolução nº. 03/2010 – CONSUP/IFPI a qual prevê a concessão de auxílio financeiro aos alunos que estejam matriculados e apresentem frequência regular nos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e ou nos cursos Técnicos de Nível Médio integrado à modalidade de Educação de Jovens e Adultos do IFPI nos termos do Decreto nº. 5.840/2006. Assim, mesmo o PROEJA não estando dentro do rol previsto pela POLAE, ele é executado com recursos do PNAES e, portanto, integra os programas de desenvolvimento técnico e científico.

A POLAE delimita os valores básicos de cada programa, contudo ela deixa aberta, a critério dos campi, a possibilidade de incremento dessas políticas a depender da disponibilidade orçamentária de cada um. O quadro 5 apresenta os valores estipulados pela Resolução nº. 14/2014 – CONSUP/IFPI.

Quadro 5 – Valores dos Programas/Projetos de Desenvolvimento Técnico Científico do IFPI

PROGRAMA/PROJETO	BOLSA	VALOR
PRAEI/MONITORIA	MONITORIA	R\$ 350,00 por mês
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PIBIC	R\$ 400,00 por mês
	PIBIC JR.	R\$ 300,00 por mês
EXTENSÃO	EXTENSÃO	R\$ 300,00 por projeto
VISITA TÉCNICA	AJUDA DE CUSTO	Até 50,00 (p/ cidades interior do PI) até 80,00 (p/ Teresina) até 100,00 (capitais ou outras regiões)

Fonte: Resolução nº. 14/2014 – CONSUP/IFPI

Ressalta-se que a participação nos programas PRAEI, Monitoria, PIBIC, PIBIC JR, e Extensão depende de prévia inscrição e aprovação em edital de seleção. A seleção para os programas PIBIC E PIBIC JR e de Extensão ocorre a nível de IFPI, aos demais se faz de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária de cada programa, respeitando as diretrizes emanadas nas resoluções que o criaram.

Quanto ao Campus Teresina Zona Sul, se destaca que ele segue os valores acima reportados, acrescentando apenas a bolsa PROEJA, que, no caso em tela, é desenvolvida no Curso Técnico integrado ao Médio de Cozinha, sendo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), o valor do auxílio pago a cada aluno por mês que apresentarem frequência regular.

Cabe enfatizar que esses valores continuam os mesmos desde a emissão da Resolução 14 ainda em 2014. Não havendo nenhum reajuste por parte dos Campi.

Em relação ao programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, há o atendimento a alunos específicos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Para identificação dessa situação de forma equânime entre os discentes, a POLAE se vale do conceito adotado pela Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004, segundo a qual seria “um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda, e de bens de consumo”.

Esse programa se faz por meio de repasse financeiro diretamente aos alunos, que, para serem elegíveis, passam por uma seleção criteriosa realizada pelo serviço social. As assistentes sociais acompanham o desempenho acadêmico dos discentes beneficiados, revalidando a situação do discente a cada início de período letivo.

Como a quantidade de alunos que necessitam e buscam essa ação é superior à oferta de bolsas, a seleção dos alunos ocorre mediante um chamamento via edital no qual são analisadas as necessidades de cada um. Como forma de se organizar, o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social se dividiu da seguinte forma: Benefício Permanente, Benefício Eventual, Benefício Atleta, Benefício Cultural e Benefício Moradia Estudantil.

As bolsas do benefício permanente variam de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a depender da análise social do setor de serviço social do Campus. As demais bolsas são disponibilizadas eventualmente em situações específicas de necessidade do aluno.

Como forma de tentar ampliar a quantidade de alunos atendidos por esta política, é vedada a acumulação do recebimento de bolsa. Assim, caso um aluno participe de mais de um programa, ele é notificado e convocado a escolher em qual

programa permanecerá. Esse acompanhamento se faz por meio do sistema SIFAE - Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante. Nessa ferramenta, os responsáveis por cada programa cadastram mensalmente os discentes e a respectiva bolsa. Esse sistema começou a ser implantado em 2015, contudo ainda apresentam inconsistências em decorrência da não alimentação periódica.

Assim, percebe-se que a POLAE tanto atua de forma generalista por meio de programas e serviços que atendam a toda comunidade como também atua de forma específica em um determinado indivíduo. Essa variação de atendimento encontra resposta na necessidade de atuação da equipe multidisciplinar como também na restrição orçamentária.

4.4 CARACTERÍSTICA DOS ALUNOS DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, o quadro de alunos do Campus Teresina Zona Sul é composto, em sua maioria, por jovens, contudo cabe ressaltar que o atendimento do Campus contempla desde menores de 14 anos até maiores de 60 anos.

Quadro 6 – Faixa etária dos alunos (2017- 2018)

Faixa etária	Quantidade de alunos	
	2017	2018
Menor de 14 anos	0,4%	0,2%
Dos 15 aos 19 anos	31,8%	34%
Dos 20 aos 24 anos	25,2%	24,6%
Dos 25 aos 29 anos	13,8%	13,1%
Dos 30 aos 34 anos	9,8%	9%
Dos 35 aos 39 anos	6,4%	7%
Dos 40 aos 44 anos	5,9%	5,2%
Dos 45 aos 49 anos	3,1%	3,1%
Dos 50 aos 54 anos	2,2%	2,2%
Dos 55 aos 59 anos	1,1%	1,1%
Maior de 60 anos	0,5%	0,6%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Quanto à identidade de gênero, os dados trazidos pela Plataforma mostram que, em 2017, 53,59% dos alunos eram do sexo masculino e que, no ano seguinte,

este percentual passou para 52,16%. Como se percebe, embora a maioria dos alunos do Campus seja do sexo masculino, não há uma disparidade muito elevada em relação aos alunos do sexo feminino.

Com relação à renda familiar per capita, a Plataforma mostra que inicialmente os alunos não declararam sua renda. Em 2017, 75,45% dos alunos não declararam sua renda. Esse número percentual diminuiu comparado ao ano base seguinte, no qual apenas 37,20% dos alunos não declararam sua renda. Dentre os declarantes, a maior parte informa possuir renda até meio salário mínimo.

Quadro 7 – Renda familiar per capita dos alunos matriculados

Faixa	2017	2018
0 <RFP< 0,5	9,37%	49,51%
0,5 <RFP< 1	7,08%	25,20%
1 <RFP< 1,5	3,36%	13,21%
1,5 <RFP< 2,5	1,88%	5,19%
2,5 <RFP< 3,5	1,32%	3,40%
RFP< 3,5	1,58%	3,48%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Assim, pode-se concluir, pelo resumo dos quadros 6 e 7, que os alunos do IFPI-CATZS, em sua maioria, são jovens entre 15 a 24 anos que pertencem à classe média baixa e a classe baixa.

4.5 APLICAÇÃO DO PRÉ TESTE

De forma a possibilitar a detecção de eventual necessidade da realização de ajustes no instrumento de coleta de dados, antes da efetiva coleta dos dados da pesquisa, foi realizada, inicialmente, a aplicação do questionário, a fim de identificar possíveis dificuldades em seus questionamentos ou mesmo na necessidade de auxílio durante seu preenchimento.

O pré-teste foi realizado em uma sala de aula com 20 alunos de cursos, semestres e turnos variados. Nessa etapa, constatou-se que a maioria dos participantes era do sexo feminino, 15 no total. Foi entregue um questionário a cada participante, que, em seguida, foi lido e explicado cada quesito aos presentes.

Desses, observou-se que 5 (cinco) apresentaram dificuldade ou não quiseram se manifestar quanto ao item 33 do questionário. Esse item solicita que o participante enumere de 1 a 6, no qual o 1 seria o menos importante e o 6 o mais importante, de acordo com percepção do respondente, a ação mais significativa dentro da assistência estudantil. Dois dos 5 alunos atribuíram nota máxima a todas as ações enumeradas na questão 33. Quando questionado e reexplicado sobre a questão, os alunos foram enfáticos em afirmar que todas as ações listadas são importantes para eles e não havia como escolher uma, pois precisam de todas. Um aluno marcou apenas a biblioteca com numeração máxima, enquanto outros dois não se manifestaram nesse item.

Após a realização do pré-teste, verificou-se que apenas o item 33 apresentou dificuldade de preenchimento pelos alunos, contudo, optou-se por mantê-lo no questionário, visto que apenas 10% dos respondentes preencheram o item de forma equivocada. Para esse cálculo, foram desconsiderados apenas os participantes que informaram a mesma nota a todos os itens. Sendo que as demais questões não apresentaram dificuldade em seu preenchimento. Por esse motivo, a amostra inicial não foi descartada do quantitativo total da pesquisa.

Dos participantes do pré-teste, se constatou que apenas 30% recebiam bolsa financeira, e 90% afirmam serem usuários de pelo menos uma ação de Assistência estudantil.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS VIA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A amostra coletada e considerada para análise dos dados corresponde a 21% dos alunos do Campus, no semestre letivo 2019.1, o equivalente a 239 dos participantes. Os questionários foram aplicados com alunos dos três turnos, e das modalidades integrado, subsequente e do ensino superior, contemplando todos os cursos. Os discentes foram selecionados de forma aleatória, mas respeitando a participação de cada segmento do Campus, uma vez que a POLAE atende a todos os alunos sem distinção de curso ou modalidade. Assim, tentou-se ouvir um pouco de cada curso, turno e modalidade.

O questionário aplicado teve por objetivo mensurar a percepção dos discentes quanto ao recurso da assistência estudantil empregado no desenvolvimento das

ações do PNAES, bem como capturar a opinião do aluno sobre o papel dessa política na vida acadêmica. Adicionalmente, o instrumento de coleta de dados possibilitou ainda verificar se as ações empregadas na execução dessa política concorrem para o desempenho acadêmico na visão discente.

Importante mencionar que, durante a aplicação dos questionários, os alunos participantes, em sua maioria, acreditavam que a assistência estudantil consistia apenas no pagamento das bolsas ou benefícios. A partir da explicação do questionário, antes de seu preenchimento, muitos deles passaram a compreender as ações ligadas ao refeitório, à biblioteca, ao setor médico, odontológico, ao acompanhamento psicológico e pedagógico como ações do PNAES.

Outro ponto interessante se verificou quanto à nomenclatura usual da bolsa Benefício Permanente. Isso porque os discentes conhecem essa bolsa pelo nome POLAE. Para os discentes, de modo geral, não há uma percepção de que todas as bolsas dos programas monitoria, PRAEI, PIBIC, PIBIC JR estejam dentro da POLAE, junto com a Bolsa Benefício Permanente. Contudo, como reportado anteriormente, essa situação, embora seja apenas um desconhecimento do nome do benefício por alguns dos participantes da pesquisa, pode mostrar o quanto distanciado do conhecimento e da regularização da aplicação da política de Assistência estudantil o aluno se encontra.

Dentre o público participante da amostra, se evidenciou uma participação maciça do sexo feminino. Nesse quesito, verifica-se que amostra se distanciou da realidade do contingente de alunos do *lócus* de pesquisa, isso porque, como se verificou na apresentação da amostra, há quase que um equilíbrio entre o número de discentes de ambos os sexos no Campus. Do total de questionários aplicados, 71,12% se declararam do sexo feminino.

Quanto à faixa etária dominante na pesquisa, pôde-se concluir que a amostra se assemelha a caracterização da totalidade de alunos do Campus. Do total de respondentes, 74,06% têm a idade compreendida até os 25 anos. Diante do exposto, pode-se concluir que a amostra apresenta um perfil feminino e jovem.

Quanto à distribuição entre as modalidades e os turnos, observa-se que houve a participação de todos os turnos e de todas as modalidades, tendo o turno da manhã apresentado uma maioria significativa, na modalidade concomitante.

Observa-se que, em cada turno, houve a participação de apenas duas modalidades. Esse resultado se deve ao fato de que, no período da pesquisa, só havia duas modalidades de cursos por turno. A modalidade Técnico Concomitante Integrado, destinado aos alunos que estão cursando o ensino técnico juntamente com o médio, se concentra no turno da manhã com o curso Técnico em Saneamento e Vestuário, e, no turno da tarde, com os cursos Técnico em Edificações, Estradas e Cozinha - PROEJA. Nos turnos manhã e tarde, em geral, se concentram os discentes de menor idade.

A modalidade Ensino Superior encontra-se dividida nos turnos da manhã e da noite. Pela manhã com o curso Tecnológico em Gastronomia e a noite com os cursos Licenciatura em Informática e Tecnológico em Design de Moda.

A modalidade Subsequente destinada aos alunos maiores de 18 anos e que já possuem o ensino médio encontra-se tanto no turno da tarde com os cursos Técnicos em Cozinha, Estradas, Nutrição Dietética e Panificação, como no turno da noite com os cursos Técnicos em Edificações e Vestuário.

Quanto ao ano de ingresso no Campus, apenas 27,62% do total da amostra ingressaram no ano de 2019 e, como a pesquisa foi realizada no final do semestre letivo 2019.1, mesmo esse percentual teve a experiência mínima de um semestre com a aplicação da assistência estudantil.

Dessa forma, as informações obtidas no questionário sinalizam a percepção dos discentes na aplicação dessas ações, pois os que tiveram menos tempo em contato com essa política puderam conviver o período mínimo de quatro meses. Relata-se que 41% dos participantes declarou ter ingressado no Campus no ano de 2018, ou seja, possuindo uma experiência mínima de pelo menos um ano. Por fim, cerca de 31% informaram que ingressaram nos anos de 2017 e 2016. Assim, conclui-se que a maioria dos respondentes possui experiência de ao menos um ano letivo com a política de assistência estudantil do IFPI.

Contudo, conforme mencionado acima, mesmo já tendo algum tempo matriculado, durante a aplicação dos questionários, foi observado que os discentes não percebem o uso do refeitório, biblioteca, serviços médico, acompanhamento pedagógico e psicológico como uma ferramenta da Política de Assistência estudantil. Logo, fica evidente que, na percepção dos alunos, apenas há o

reconhecimento da aplicação das ações de assistência estudantil quando há o recebimento da bolsa.

4.6.1 Perfil Socioeconômico da Amostra

Tentando identificar o perfil socioeconômico dos alunos do *locus* de pesquisa, o questionário abordou nos itens 7 a 13 questões relacionadas à condição financeira e de como o respondente se autodeclara em relação a sua cor ou raça.

Dos alunos participantes, 61,51% se identificam com a cor ou raça parda. Esse dado reproduz o quantitativo total de autodeclaração trazido pela Plataforma Nilo Peçanha, segundo o qual, tanto em 2017 como em 2018, a maioria dos alunos se reconheceu como pertencente à cor ou raça parda. Entretanto, cabe ressaltar que a amostra pontuou a presença de discentes que se autodeclararam da cor ou raça: indígena (2,09%), amarelo (6,69%), branco (9,62%), e negro (20,08%). Assim, observa-se que a amostra conseguiu abranger a todas as possibilidades previstas no questionário quanto à cor ou raça.

Em relação ao estado civil, a amostra aponta que 82,42% são solteiros. Esse resultado pode ter como amparo a quantidade majoritária dos respondentes estarem na faixa etária até os 25 anos, o que compreende 74,06% dos participantes.

Ao ser questionado onde e com quem mora, o resultado da amostra aponta que 82,70% residem com a família, contudo, há de se notar que houve um aluno que informou morar sozinho e ser menor de idade. Há, também, uma margem pequena de 10,54% que declarou morar em casa de outros parentes e familiares.

Em relação à forma de locomoção para o Campus Teresina Zona Sul, 78,66% informaram que utilizam o transporte público, enquanto que 19,14% vão ao Campus por transporte particular (próprio). A amostra apontou ainda uma margem pequena de 3 alunos que vão ao Campus a pé.

Quanto à participação do aluno na vida econômica da família, a amostra resultou que 82% dos discentes não trabalham e, desses, 16,83% têm a assistência estudantil como única forma de participação na vida econômica da família. Quanto aos que informaram que trabalham, 8,10% informaram que exercem atividade remunerada e recebem auxílio financeiro da POLAE, enquanto 2,51% não responderam essa questão.

Quanto à renda individual, apenas 71,54% informaram possuir renda. Desses, 45,02% apontaram ter rendimento até trezentos reais, incluindo como fonte de renda o auxílio ou bolsa de assistência estudantil, sendo que, desse total, 77,92% possuem até 25 anos de idade.

Acerca do quantitativo de respondentes por segmento de renda, se observou que, dos 10,87% que declararam possuir renda acima de R\$ 800 (oitocentos reais), 65,38% possuem idade mínima de 26 anos. Esse resultado se inverte ao se analisar os respondentes que declararam receber algum tipo de benefício governamental. Nesse item em específico, 33,33% dos que recebem o benefício governamental são os que possuem 26 anos ou estão acima dessa idade. Em contrapartida, os mais jovens com idade até 25 anos representam 66,66% dos alunos que recebem esse benefício.

Diante desse cenário, a amostra apresenta um perfil socioeconômico compatível com o perfil do Campus ao indicar que os alunos se encontram, em sua maioria, nas classes econômicas mais baixas.

4.6.2 Trancamento de Matrícula

Um dos temas abordados no questionário foi sobre o trancamento de matrículas. A Plataforma Nilo Peçanha não traz um quantitativo de alunos que trancaram sua matrícula, reportando apenas o quantitativo de discentes matriculados, desligados, retidos e evadidos. Também não são contabilizados os dados relacionados aos discentes que solicitaram o trancamento da matrícula e depois solicitaram seu reingresso no curso.

A organização didática do IFPI, instituída por meio da Resolução nº. 07/2018, disciplina a forma de trancamento e os requisitos para essa solicitação. Segundo esse documento, o período de trancamento deve vir previsto no calendário acadêmico do Campus e o solicitante tem como um dos requisitos a obediência ao prazo estipulado. Ressalta-se ainda que o trancamento só poderá ser concedido pelo prazo máximo de um ano.

O questionário aplicado aborda o tema no item 14 e 15 onde se pergunta se a matrícula já foi trancada alguma vez e, no item seguinte, dá a opção para que o participante informe o motivo que o levou a essa solicitação.

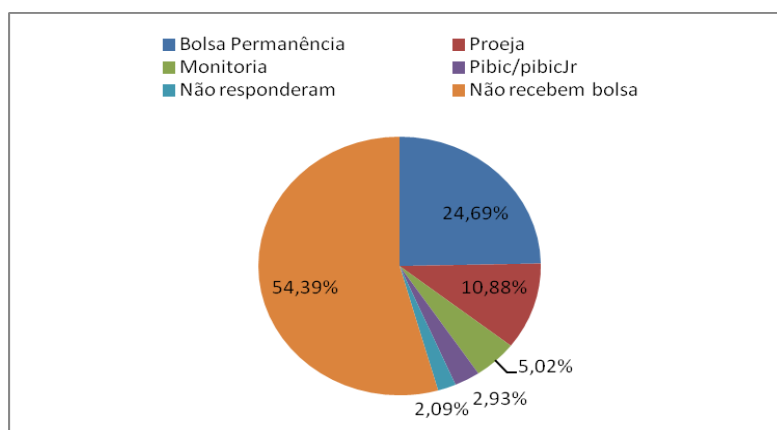
Do contingente abordado, apenas 4 (quatro) alunos revelaram terem trancado o curso. Quanto às razões que os motivaram, um respondeu que foi levado a essa situação pela incompatibilidade de estudo e trabalho; outro reportou que motivos de saúde deram causa ao trancamento do curso; e dois discentes registraram que trancaram o curso por dificuldades financeiras.

4.6.3 Da Análise do Usufruto dos Discentes na Assistência Estudantil

Quanto à participação dos discentes no aproveitamento da política de assistência estudantil executada pelo IFPI, a amostra apontou que 44,44% são beneficiados diretamente por estas ações por meio da participação em programas e projetos que fomentam o desenvolvimento acadêmico através do pagamento de bolsas. Desse valor, foram retirados do total da amostra os participantes que não quiseram se manifestar quanto a este item do questionário.

Do total de respondentes, apenas 2,09% optou por não responder a este quesito. As bolsas/benefícios apresentaram a seguinte distribuição dentre o percentual pesquisado.

Figura 2 – Distribuição de bolsas na amostra



Fonte: Dados da pesquisa

Essa diferença em relação à quantidade de bolsa na amostra, conforme apresenta na figura 2, se deve ao fato de que cada programa, dentro do Campus, possui um quantitativo específico de vagas. Assim, existem programas que, pela sua origem e impacto junto aos discentes, apresenta um quantitativo maior que outros programas, o que gera uma disparidade entre o quantitativo de bolsas por programas na amostra.

Segundo os Editais n.º 08/2019 - CATZS/IFPI e n.º 01/2019 - NAPNE lançados pelo Campus, foram disponibilizadas 30 vagas para monitoria para o semestre 2019.1, contudo o relatório do SIFAE (Anexo III) evidencia que, por conta das desistências e vagas remanescentes, foram atendidos diretamente por meio de distribuição de bolsas 38 alunos. Esse programa se faz como um multiplicador de conhecimento, haja vista que cada monitor atende vários alunos. Dessa forma, esse programa atende tanto diretamente o aluno que recebe a bolsa, como também de forma indireta aos alunos que participam da monitoria.

Segundo o relatório SIFAE 2019, para os dados informados até outubro do corrente ano, o programa de Benefício Permanente atende em torno de 419 discentes, por meio de distribuição de auxílio financeiro em valores diferenciados que variam de R\$100,00 (cem reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Esses valores são definidos a partir de uma avaliação socioeconômica realizada pelo Setor de Serviço Social do Campus, em conformidade com as diretrizes da Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI.

Os programas PIBIC, e PIBIC JR., dentro do IFPI, encontram respaldo na Resolução n.º. 24/2019 – CONSUP/IFPI. E embora sejam bolsas de iniciação científica – IC, seu orçamento encontra-se vinculado às políticas desenvolvidas e executadas pela POLAE. O Campus disponibilizou 27 (vinte e sete) bolsas para essa modalidade para o ano letivo de 2019.

Cabe enfatizar que o Sistema SIFAE ainda não vem sendo alimentado com periodicidade por todos os responsáveis pelos programas e benefícios desenvolvidos pela POLAE. Por essa razão, fica inviável, a partir apenas dos dados obtidos no relatório emitido pelo SIFAE, quantificar o total de alunos atendidos pelos demais programas e o valor desse atendimento.

Anualmente, são ofertadas 35 vagas para o Programa Proeja por meio de chamada pública, conforme disponibiliza o Edital nº001-2019/IFPI – CATZS. Esse programa beneficia diretamente os alunos atendidos por meio do pagamento de bolsa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Segundo os dados da Plataforma Nilo Peçanha, o Campus pesquisado vem mantendo a oferta dessa modalidade de forma contínua e equilibrada, em comparação aos demais campi da rede, contribuindo para a inclusão social, com ingressos de novos alunos anualmente.

O quadro 8 apresenta o percentual de atendimento das vagas destinadas ao PROEJA, pelos *campi* do IFPI.

Quadro 8 – Atendimento ao percentual de PROEJA -IFPI

CAMPUS/ ANO	2017	2018
154701 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS OEIRAS	2,50%	2,50%
154704 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ	0,00%	4,20%
154705 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS PEDRO II	0,00%	0,00%
155199 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ	0,00%	0,00%
155207 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS CAMPO MAIOR	0,00%	0,00%
155214 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS COCAL	0,00%	0,00%
158146 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	0,00%	0,00%
158353 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS TERESINA CENTRAL	0,10%	0,00%
158354 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS TERESINA ZONA SUL	3,80%	3,60%
158355 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS FLORIANO	0,00%	0,00%
158356 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS PICOS	9,90%	2,20%
158357 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS PARNAÍBA	0,70%	0,00%
158358 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ	0,00%	0,00%
158359 - INST. FED. PIAUI/CAMPUS PAULISTANA	0,00%	0,00%
158360 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS PIRIPIRI	2,50%	2,60%
158361 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO	0,00%	0,00%
158362 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS CORRENTE	0,00%	0,00%
158363 - INST. FED. PIAUÍ/CAMPUS URUÇUI	0,00%	0,00%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Como se observa no Quadro 8, nenhum dos *campi*, incluindo o Campus Teresina Zona Sul, vem conseguindo cumprir o índice mínimo regulado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o qual determina em seu artigo 2º, § 1 que as Instituições Federais de Educação Profissional deverão disponibilizar, do total de vagas de ingresso na instituição, no mínimo dez por cento de vagas para a modalidade Proeja.

Outro fato observado foi o não aparecimento de discentes que recebem bolsa do PRAEI. Esse programa encontra respaldo na Resolução nº. 51/2013 CONSUP/IFPI, segundo a qual, os bolsistas desse programa atuam junto aos alunos ingressantes de forma a auxiliá-los nas dificuldades acadêmicas. Participam dessa seleção, alunos mais experientes do IFPI, sendo que, apenas para esse programa, podem concorrer diretamente alunos de qualquer dos Campi. Esse

também é um programa multiplicador, pois tanto beneficia o aluno selecionado para o recebimento da bolsa como os alunos que recebem o reforço acadêmico.

Embora um pouco mais da metade da amostra, 54,39%, não seja beneficiado diretamente pelo recebimento de bolsas, ao serem questionados, no item 18, se fazem uso de alguma política de assistência estudantil, 64,44% dos participantes informaram que se beneficiam com mais de um tipo de benefício ou ação de assistência estudantil. Para esse questionamento, 15,06% deixaram de responder, e 20,50% informaram só fazer uso de apenas uma das ações de política estudantil desenvolvida pelo Campus. E desse último total 70,83% informaram que se utilizam apenas do Refeitório do Campus.

Por estes dados, é possível constatar que, dos participantes que responderam essa questão, 100% se beneficiam direta ou indiretamente das ações de política estudantil, uma margem alta que pode ter sua explicação frente a variedade dos programas desenvolvidos no Campus e a situação socioeconômica do corpo discente.

Esse resultado também demonstra o quanto as ações de assistência estudantil estão incorporadas ao funcionamento e à frequência dos discentes, uma vez que todos são usuários desses programas, e a frequência escolar consiste num dos requisitos necessários para manutenção dos programas/ações que tem como foco o recebimento de aporte financeiro. Assim, reforça-se a importância dessas ações na manutenção da permanência escolar.

Outro ponto abordado no questionário trata do motivo que levou o discente a escolher o curso na Instituição. Essa informação, dentro do contexto estudado, se mostra relevante uma vez que ela pode contribuir para o aumento da evasão e ou retenção.

A pesquisa mostrou que, dos 94,56% do total da amostra que se manifestou nesse item, 48,67% informou que escolheu o curso por gostar da área de atuação. Esse dado é importante ao se comparar a informação quanto à quantidade de alunos que são atendidos pelas ações da POLAE, pois, embora elas abranjam a todo o corpo discente, o motivo determinante para a escolha da Instituição pelos alunos, segundo a pesquisa, é o gosto pela área.

4.6.4 A Percepção dos Discentes Quanto à Aplicação da POLAE – IFPI

Outros tópicos abordados pelo questionário têm relação direta com a presente pesquisa, pois visam identificar a percepção dos discentes sobre a forma de execução das políticas de assistência estudantil, bem como essa política influencia em seu rendimento escolar. Essas informações assumem relevância uma vez que os discentes são o público alvo do Campus e a ele se destinam a aplicação dessas ações.

Também se mostra relevante identificar a percepção discente frente à disponibilidade dos programas e projetos desenvolvidos pela POLAE, pois muito embora tenha sido verificado, no tópico anterior, que todos os discentes se utilizam dessa política, entender as necessidades do público alvo e saber se as ações adotadas estão sendo aceitas se mostra importante, principalmente frente aos 5 (cinco) anos de vigência da POLAE.

Ao serem questionados se as Políticas de assistência estudantil desenvolvidas são importantes para a manutenção e permanência dos discentes no Campus, apenas 0,42% dos discentes (um aluno) entende que não, contra 93,31% que responderam ser sim importante. Nesse item, 6,28% dos alunos não se manifestaram.

Um dos aspectos abordados dentro da pesquisa diz respeito à percepção dos discentes quanto ao valor das bolsas e programas e sua relação com a permanência escolar. Segundo os dados coletados, a relação entre os respondentes que entendem que os valores dos auxílios e bolsas disponibilizados pela POLAE são suficientes para a continuidade dos estudos, corresponde a 31,38%, quase a mesma parcela daqueles que entendem que os valores não são suficientes, o que equivale a 30,54% dos participantes. Do total dos discentes, 38,08% não se manifestaram quanto a esse item.

Assim, no quesito valores, embora, desde a emissão da POLAE, em 2014, até a data atual, os valores dos auxílios e bolsas não tenham sofrido nenhuma alteração, há uma equivalência entre a percepção dos discentes que entendem estes valores como suficientes para contribuir para a permanência escolar, e os que discordam desse entendimento.

Os respondentes foram instigados a responder sobre o papel da assistência estudantil oferecido pelo Campus, na vida acadêmica dos discentes. Sobre esse questionamento, contido no item 21, apenas 65,69% dos respondentes se

manifestaram. Desses a maioria, 83,44% entendem que o auxílio contribui para a permanência do curso.

Quando questionados sobre os motivos que levaram a requerer a participação dos programas que possuem aporte financeiro, bolsa, apenas 59,83% dos participantes se manifestaram. Desse total, a maioria informou que, sem a bolsa, não seria possível se manter estudando. Isso porque 25,17% dos que responderam esse item relataram que os pais não conseguiriam mantê-lo estudando, 20,98% responderam que o valor que recebem de ajuda dos pais é insuficiente para manter seus estudos, e ainda, 15,38%, responderam que não teriam outra fonte de renda. Essas informações revelam o quanto essencial se tornam as ações que têm como foco a distribuição de aporte financeiro em formato de bolsas, pois, embora o valor dessas bolsas seja pequeno, auxilia no desenvolvimento acadêmico dos alunos, bem como em sua permanência escolar.

Logo em seguida, os participantes foram abordados quanto à possibilidade de permanecer estudando sem as políticas de assistência estudantil. Para esse quesito, 70,71% dos participantes se manifestaram. Segundo a maioria desses, 57,99% não teriam como permanecer estudando. Contudo, ao verificar as 4 (quatro) opções de respostas fornecidas, separadamente, constata-se que a maioria informa que não poderiam continuar seus estudos sem as ações da POLAE indo ao encontro dos demais quesitos analisados.

Esse ponto também foi abordado nas questões 28 e 29 quando se pergunta aos discentes como ficaria sua situação sem os benefícios da assistência estudantil e como concluiria seu curso. Quanto ao primeiro aspecto, a maioria respondeu que caso não possuísse mais as Políticas de assistência estudantil pediriam ajuda econômica aos pais e ou parentes. Uma das possíveis causas dessa resposta seria a pouca idade da maioria dos participantes da amostra. A segunda resposta mais indicada para essa questão foi procurar trabalho e continuar estudando. Ressaltamos que nenhum dos respondentes informou que buscaria outra instituição.

No tocante à atitude do aluno para concluir seu curso sem as ações de assistência estudantil, a maioria dos respondentes informou que seguiria o tempo normal de conclusão proposto pelo curso.

Vale ressaltar que, quando consultados sobre o recebimento financeiro, 82,01% se manifestaram. A maioria dos respondentes, 68,36%, sinalizou receber

auxílio financeiro de pais ou outras pessoas, confirmando a questão na qual, isoladamente, a maioria poderia continuar seus estudos sem os recursos das Políticas de assistência estudantil.

Continuando esse questionamento sobre o recebimento financeiro, o item 25 indaga a origem dos recursos que mantém os discentes estudando, já que a maioria informou receber auxílio financeiro. Nessa questão, 95,82% responderam na proporção elencada, sendo informado que a maioria desses alunos, 45,41%, conta com ajuda financeira apenas dos pais para a manutenção de seus estudos, corroborando a análise sobre o perfil socioeconômico da amostra. Enquanto 46,72% afirmam que, além da ajuda dos pais ou do seu trabalho, conta com o aporte financeiro das ações de assistência estudantil para continuar seus estudos.

Em relação ao fator que o motiva a conclusão dos cursos, a maioria dos participantes respondeu que o fato de o ensino ser de qualidade contribui para que os alunos continuem no curso, seguido de se estar no curso que deseja. Essa informação vem corroborar o entendimento de que os discentes procuram os cursos por interesses pedagógicos.

Os discentes também foram questionados sobre sua percepção frente à aplicação das Políticas de assistência estudantil no Campus. Nesse ponto, há uma relevante contribuição dos alunos, pois, em sua visão, pode-se perceber se a POLAE está surtindo o efeito esperado junto ao seu público alvo.

A maioria dos respondentes percebe essas ações como importante ou fundamental, pois entendem que mais da metade dos alunos do Campus necessitam dessas ações e, sem ela, muitos alunos não teriam como se manter. Entretanto, há uma minoria, correspondente a 1,75% dos respondentes, que não vê essas ações como essenciais, pois, segundo essa parcela dos participantes, os alunos conseguiriam continuar estudando sem as políticas de assistência estudantil, além de não haver uma redução das desigualdades sociais. Enquanto 3,07% acreditam que as ações desenvolvidas precisam melhorar, pois ainda não atendem às necessidades dos estudantes.

Ao serem questionados sobre outras ações que poderiam ser desenvolvidas para suprir as necessidades dos alunos, os respondentes, em sua maioria, entendem que a ajuda na formalização do estágio remunerado seria mais importante. Interessante essa visão, pois vai ao encontro da finalidade do IFPI em

sua missão que, segundo PDI 2015-2019, seria “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” e tendo como meta o encaminhamento dos alunos para estágios.

Outra necessidade apontada pelos respondentes seria a disponibilidade de recurso financeiro para o custeio de livros e cópias. Cabe ressaltar que o IFPI participa do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contudo esse material se destina apenas a educação básica, deixando a educação técnica desassistida. Por isso, a biblioteca do campus assume um papel de relevância no desenvolvimento acadêmico, pois ela promove o encontro dos discentes e o material específico do curso.

Os alunos foram questionados no item 33 qual das ações de assistência estudantil seria considerada como a mais importante. Para tanto, foi solicitado que os alunos enumerassem em ordem decrescente as ações desenvolvidas por ordem de importância. Sendo atribuído a nota 6 (seis) para a ação considerada mais significativa e nota 1 (um) para menos importante. Foram colocadas as seguintes opções: Bolsa – Permanente/PROEJA/PRAEI/PIBIC, PIBIC JR/Monitoria; Refeitório, Biblioteca; Atendimento médico/odontológico; Atendimento pedagógico; e Uso de ônibus escolar. Nesse questionamento, 16,32% dos respondentes deixaram em branco. A ação considerada mais importante para os discentes foi o programa de bolsas, com 43,10% do total da amostra. Esse dado chama a atenção, pois 44,44% dos respondentes são beneficiados diretamente por essa ação. Em contraponto, a ação menos importante na visão dos alunos seriam a disponibilidade do ônibus escolar e o atendimento médico/odontológico.

Destaca-se que o funcionamento do ônibus escolar se dá levando os alunos em horários e rotas pré-determinadas do Campus para os pontos de ônibus. Essa ação surgiu como uma reação aos frequentes casos de assalto e furto que vitimavam os discentes no percurso do Campus às paradas de ônibus. Assim a disponibilidade do ônibus escolar permite que os discentes cheguem até os pontos de ônibus de forma segura.

Em relação aos atendimentos médico e odontológico, cabe mencionar que o Campus conta com um consultório médico que tem como prioridade o atendimento

ambulatorial voltado aos primeiros socorros, e um consultório odontológico, também, destinado à prevenção e tratamento mais simples.

Ao serem questionados que fatores contribuíram ou levariam à evasão escolar, a resposta preponderante foi a impossibilidade financeira de se manter e estudar.

Para o futuro, os participantes esperam que as ações de política estudantil possam ser ampliadas não apenas em quantidade, mas também que os valores sejam revistos e ainda possam ser criados novos auxílios a fim de atender de forma individualizada cada vez mais alunos e suas novas necessidades. Esse entendimento contradiz a realidade econômica traçada por meio da Emenda Constitucional nº. 95/2016 que traz um teto fixo máximo de gastos por 20 (vinte) anos.

Em relação à literatura correlata podem-se evidenciar algumas aproximações e disparidades com os resultados obtidos conforme segue.

Comparando os dados apontados pela amostra com o trabalho de Estrada e Radaelli (2017), verifica-se uma convergência na percepção discente quanto à relevância das ações de assistência estudantil para a permanência dos discentes, bem como em relação à necessidade de ampliação dessas ações, em valores, quantidades e outras ações. Contudo, cabe destacar que a realidade estudada se distingue na pesquisa das autoras quanto ao amadurecimento e centralização das normas reguladoras dessas ações. Pois, em termos organizacionais, no *locus* da presente pesquisa, as políticas de assistência estudantil encontram-se amparadas por um documento base, no caso a Resolução 14/2014 CONSUP/IFPI, enquanto que, na situação retratada por Estrada e Radaelli (2017), essa política encontra-se em fase de construção e disseminada em vários documentos.

Analisando a abordagem atual, não foi possível identificar, na percepção discente, disparidades de entendimento sobre o papel da assistência estudantil para o desempenho acadêmico entre os beneficiários diretamente por meio de bolsas dos beneficiários indiretos como levantou a pesquisa de Machado e Pan (2016). Segundo os autores, os alunos se mostraram envergonhados por receberem aporte financeiro, levando a entender que há algum tipo de segregação por parte dos discentes beneficiários indiretos. Ao contrário, no presente trabalho, foi evidenciado que, embora menos da metade da amostra receba aporte financeiro, há quase uma

unanimidade sobre a importância dessas ações para a manutenção e permanência dos alunos.

Há, também, convergência entre os resultados dessa amostra e os apontados pelo estudo de Oliveira e Oliveira (2015) a respeito do entendimento do discente quanto ao peso de um ensino de qualidade frente às disponibilidades das ações de assistência estudantil. Os autores citam que os discentes demonstraram que a vontade de apreender não está vinculada ao recebimento de aporte financeiro. Esse entendimento também foi confirmado na amostra quando os alunos informaram como fator mais importante para continuar os estudos a qualidade do ensino.

Esses resultados apontam para o entendimento, pelos discentes, da necessidade da execução das políticas de assistência estudantil para o combate à evasão e à retenção a fim de contribuir para a permanência e êxito acadêmico. Também demonstram que essas ações encontram-se vinculadas ao funcionamento do Campus, fazendo parte do cotidiano de todos os alunos como algo integrante. E, que, embora essas ações não sejam suficientes, possui um peso significativo no desenvolvimento acadêmico dos alunos.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS DOCUMENTAIS

A análise documental foi realizada por meio dos Relatórios de Indicadores do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS do Campus que se trata de um relatório anual expedido pelo Serviço Social do Campus à Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI. Neste relatório, encontram-se discriminados a quantidade de alunos beneficiados pela POLAE nas ações de aporte financeiro (Benefício Permanente, Benefício Eventual, Benefício Cultura, Benefício Atleta e Benefício Moradia), acompanhados e atendidos diretamente pelas ações de aporte financeiro que evadiram e os possíveis motivos que levaram a essa situação. Também serão apresentados os dados disponíveis no relatório geral do SIFAE do Campus.

Para essa análise, buscou-se os dados relativos ao período de 2015 a 2018, mesmo período no qual se coletaram os dados relativos ao orçamento anual, em valores empenhados no ano, conforme retrata o quadro 4. Entretanto, ao serem solicitados os dados do PAEVS, a Diretoria de Assistência Estudantil do IFPI

informou que não dispõe das informações do ano de 2015, pois, à época, o Campus não encaminhou esse relatório. Assim, a presente pesquisa se restringirá aos dados do PAEVS para o triênio 2016 a 2018. Ressalta-se também que o relatório PAEVS 2019 se encontra em fase de construção, e, portanto, não foi utilizado nesse item.

Um dos primeiros aspectos abordados pelo relatório do PAEVS trata da quantidade de alunos beneficiários das ações que possuem aporte financeiro, no caso em específico os Benefícios, a saber: Permanente, Eventual, Atleta, Moradia e Cultura. Com relação a essa informação, percebe-se que o Campus apresentou um crescimento, na ordem de 35%, sobre o número total de alunos atendidos no período retratado. Ainda dentro dessa perspectiva, verifica-se que o Benefício Permanente corresponde a mais de 97% dessas ações, e, embora haja a previsão do benefício moradia, não houve sua disponibilidade aos discentes.

Outro ponto abordado diz respeito aos estudantes atendidos pelo PAEVS que evadiram. Nesse caso, salienta-se que o relatório considera como aluno evadido tanto quem tranca o curso, quanto quem cancela a matrícula, ou abandona a escola sem justificativa formalizada e requer transferência para outra instituição de ensino. Ao examinar as informações relacionadas nesse enfoque, percebe-se que o número de alunos evadidos diminuiu em 23% de 2016 para 2018. Interessante mencionar que são apontadas como causa da evasão no referido relatório: a dificuldade em conciliar emprego e trabalho, problemas familiares, violência doméstica, problemas de saúde, aquisição do certificado ENCEJA, acidente de trânsito e falta de identificação com o curso.

Ao comparar esses dados com as informações da Plataforma Nilo Peçanha, percebe-se que há uma sintonia, contudo, cabe ressaltar que o PAEVS trata apenas dos alunos atendidos diretamente pela bolsa Benefício Permanente, Eventual, Atleta, Moradia e Cultura, enquanto a plataforma se refere a toda a comunidade discente do Campus.

Por fim, o relatório também aborda a evolução acadêmica dos discentes beneficiados pelo PAEVS. Nele são informados a quantidade de estudantes que participam do PAEVS que foram aprovados por rendimento acadêmico, os que tiveram sua aprovação mediante o Conselho de Classe e os estudantes que reprovaram. Os dados apontam que o número de alunos que reprovaram diminuiu em 64%, mostrando que houve uma queda na retenção dos alunos inseridos no

PAEVS, entretanto, houve um aumento na quantidade dos aprovados no conselho em 23%, o que não permite a conclusão se a participação no PAEVS fez com que diminuísse o índice de retenção ou aumento na aprovação por meio do conselho de classe ocasionou essa diminuição.

Assim, os relatórios de indicadores do PAEVS apontam que há uma ampliação na concessão das bolsas dos Benefícios PAEVS, no triênio 2016 a 2017, e que, entre os alunos acompanhados diretamente por essa ação, houve redução na quantidade de evasão e retenção acadêmica. Ressalta-se que, no período de 2015 a 2018, também houve um incremento dos valores empenhados anualmente para essas ações conforme apresenta o quadro 9.

**Quadro 9 – Valores Empenhados com Assistência Estudantil IFPI-CATZS
(2015-2018)**

Ano	2015	2016	2017	2018
Valores Empenhados - Assistência Estudantil – Ação Orçamentária 2994	R\$ 609.326,65	R\$ 1.244.288,30	R\$ 1.382.088,97	R\$ 1.359.185,25

Fonte: Portal da Transparência

Todavia o relatório PAEVS não deixa claro se o aumento da concessão dessas bolsas contribui de forma preponderante para diminuição dos índices de retenção e evasão.

Ao analisar os Relatórios Gerais do SIFAE para o período 2015 a 2018, verificou-se que, para o ano 2015, não houve alimentação do referido relatório. Em relação ao triênio 2016 a 2018, os relatórios apontam uma diminuição nos custos totais com as ações de assistência estudantil, bem como na quantidade de alunos atendidos. Esse resultado pode se justificar, segundo a Diretoria de Assistência Estudantil, pela falta da inserção de todos os dados da POLAE no sistema. Por isso, esses relatórios não serão considerados na pesquisa uma vez que não traduzem a realidade do Campus.

4.8 ANÁLISE DA ENTREVISTA

Foram feitas entrevistas com 2 (duas) servidoras do Campus que atuam diretamente com as ações de assistência estudantil. A primeira com uma das

Assistentes Sociais, pois o Setor de Serviço Social trata diretamente do acompanhamento e monitoramento dos alunos inseridos no PAEVS, além de outras ações. A segunda entrevista foi realizada com a Coordenadora Pedagógica que acompanha o desempenho acadêmico dos alunos.

As entrevistas aconteceram no Campus Teresina Zona Sul, no dia 21 de novembro de 2019, em locais e horários diferentes, sendo gravadas, em áudio e posteriormente transcritas. Seguiu-se o roteiro base disposto no Anexo II que foi inspirado no Questionário (Anexo I) aplicado aos discentes a fim de correlacionar a percepção das servidoras com a dos alunos.

Ao serem questionadas se os valores disponibilizados nas bolsas previstas na POLAE eram suficientes para a permanência do discente, ambas concordaram que os valores adotados ainda podem ser considerados como razoáveis, pois auxiliam os alunos em seus estudos. A Assistente Social enfatiza que os gastos para a manutenção com o estudo no IFPI – Campus Teresina Zona Sul são grandes, pois os alunos precisam comprar materiais específicos para as disciplinas técnicas, além de tirar cópias e arcar com o transporte de casa até o Campus. E o aporte financeiro dessas ações ajuda nesses custos.

Sobre a influência dos recursos financeiros nas ações de assistência estudantil, na permanência, e no desenvolvimento acadêmico, a Coordenadora Pedagógica explicou que percebe os alunos assistidos pelas ações de aporte financeiro muito mais comprometidos em apresentar um bom rendimento escolar a fim de manter a bolsa, haja vista que fatores como notas e frequências influenciam a continuidade e manutenção da bolsa. A Assistente Social explicou que, até 2014, a política de assistência estudantil previa o recebimento de bolsa mediante a realização de atividades no Campus no horário do contraturno.

Com a alteração do formato da políticas de assistência estudantil trazido pela implantação da POLAE, o discente pode se dedicar mais aos estudos e assumir um compromisso com seu rendimento acadêmico, “pois a bolsa hoje é só para o aluno estudar, ele não precisa trabalhar para receber o valor”. As mudanças nas ações da política de assistência estudantil alterou não apenas o formato das bolsas, mas sua concepção.

Em relação aos motivos que levam os alunos a solicitarem as bolsas, a Assistente Social foi bem enfática ao mencionar que o fator preponderante é a

dificuldade financeira das famílias, pois cerca de 40% das famílias dos alunos do Campus têm como única renda a bolsa família e outras dependem da aposentaria dos avós. A Coordenadora Pedagógica também concorda com esse fator e afirma que a necessidade dos alunos é grande e esse aporte financeiro faz uma diferença na vida deles.

Sem os auxílios previstos na POLAE, ambas as entrevistadas acreditam que os alunos não teriam condições de permanecer estudando. A Coordenadora Pedagógica expõem que, mesmo amparado pelas ações de assistência estudantil, muitos alunos ainda apresentam dificuldade para frequentarem a escola. Ela cita a situação exposta por um discente ao afirmar que “o dinheiro que entra em casa é o daqui, fora os bicos que o pai e a mãe fazem, que também não são todos os casos, mas também existe.” O aluno se refere a “daqui” como as bolsas previstas nos programas POLAE. Essa situação também é reforçada pela Assistente Social ao afirmar que só os gastos com transporte dos alunos já seriam suficientes para a evasão, pois muitos alunos moram distante em cidades vizinhas como Altos, José de Freitas, Demerval Lobão, entre outras, encarecendo o transporte do aluno para o Campus. A Assistente Social acrescenta que caso não houvesse o aporte financeiro aos alunos e, ainda assim, estes mantivessem frequência escolar, o rendimento acadêmico desses alunos poderia ser comprometido em virtude dos gastos para sua manutenção na escola.

A Assistente Social acredita que todas as ações são fundamentais para a permanência do aluno, contudo ela considera que o aporte financeiro (as Bolsas) seja a ação mais importante dentro da POLAE por abranger toda a família e pela liberdade que o aluno tem de atender a sua necessidade. Outra ação que a entrevistada relata é o uso do refeitório, que, na visão da Coordenadora Pedagógica, é a ação mais importante.

Em relação ao desempenho acadêmico, as entrevistadas são unânimes ao afirmar que as ações de aporte financeiro afetam diretamente de forma positiva o rendimento acadêmico dos alunos que são atendidos por essas ações, pois esses alunos apresentam-se mais comprometidos e motivados, além de poderem arcar com algum material, e poderem ajudar em casa.

Sobre o formato atual da POLAE, a Assistente Social a considera justa e capaz de atingir os objetivos nos principais itens. Embora não se consiga seguir e

ofertar todas as ações devido à limitação dos recursos. Contudo, as ações consideradas em sua opinião como mais impactantes (bolsas e refeição) são supridas. As entrevistadas colocam que as ações de assistência estudantil são necessárias, por isso acreditam que essas políticas devem permanecer, pois nas palavras da Assistente Social:

a melhor forma de investir em educação é investir também em bolsas para esses alunos. Em algum momento, alguém vai alertar as autoridades que estão nesse momento que a assistência estudantil é importante, eu vejo nesse sentido. Mas, se as perspectivas são ruins, eu espero que mude.

No tocante a percepção dos alunos sobre a POLAE na compreensão das entrevistadas, a Assistente Social explica que os discentes, na sua maioria, veem a assistência estudantil como uma ajuda do Governo Federal, alguns até entendem como caridade e não como um direito. Já a Coordenadora Pedagógica pontua que a maioria percebe como um incentivo por um período de tempo para que possam seguir seus estudos. Pelos pontos abordados pelas entrevistadas, percebe-se o quanto as ações de assistência estudantil são importantes não só para o aluno, mas para a sociedade em geral. Essas ações influenciam positivamente o desenvolvimento acadêmico ao permitirem o acesso e a permanência discente, combatendo a retenção e a evasão e secundariamente reduzindo as desigualdades sociais, oportunizando aos alunos sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, de uma forma geral, considerando os dados provenientes da aplicação dos questionários, da análise documental e das entrevistas, pode-se concluir que os alunos percebem a importância das ações de assistência estudantil para a permanência e êxito acadêmico. Bem como, o impacto positivo dessas ações na vida acadêmica dos discentes. Esse entendimento também é compartilhado pelas servidoras entrevistadas que relacionam a inserção dos alunos nos programas de assistência estudantil como uma participação mais efetiva e comprometida em sala de aula. E, embora não haja uma correlação única entre o aumento dos investimentos nas ações de assistência estudantil e a diminuição da evasão escolar, os dados analisados junto aos relatórios PAEVS e aos sítios da PNP e Portal da Transparência evidenciam que no período estudado houve uma evolução no aporte financeiro dessas ações ao tempo em que se constatou uma redução nos índices de evasão escolar. Contudo, embora o relatório PAEVS, mostre que houve uma diminuição do número de retenções entre os alunos atendidos diretamente pela

bolsa permanente, a PNP mostra que considerando o total de alunos o número de retenções do Campus aumentou de 2017 para 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública brasileira está intimamente associada às ações governamentais, uma vez que sua promoção se faz por meio de políticas públicas voltadas para esse segmento. Assim, a presença da educação na agenda governamental se mantém de forma contínua.

A educação pública se faz presente por meio da execução de ações de política pública voltadas para a sociedade com o objetivo maior de proporcionar acesso a todos a um ensino de qualidade com vistas à redução de desigualdade social e promoção do bem estar social.

Como forma de cumprir o ajuste com as Organizações Internacionais, a partir de 1980, o país desenvolve uma política voltada para massificação da educação. Em meio a essa conjuntura e a várias lutas, que buscam equalizar condições de acesso, permanência e êxito acadêmico, essas ações se traduzem em políticas públicas que impulsionam o mercado por meio da mão invisível do governo.

Tratar o tema da assistência estudantil, no momento atual, assume grande relevância principalmente porque estas ações têm um custo operacional para se efetivarem. Assim, quando se analisa os valores alocados no desenvolvimento dessas ações, verifica-se que o valor destinado à execução dessas políticas públicas compõe o orçamento total da unidade de estudo. Portanto, saber a percepção dos receptores dessas ações se mostra importante, principalmente quando se tem uma agenda política voltada para a redução de custos.

Assim, conforme disposto nos subitens anteriores, o Campus estudado apresenta o maior orçamento dentre os campi que possuem mesma idade e semelhança. E, nesse orçamento, encontram-se inseridos os valores com o custeio das ações de assistência estudantil.

De acordo com os dados obtidos no quadro 9, se observa que, no primeiro triênio, há um crescimento nos valores destinados a essa ação seguido de um pequeno retrocesso no ano de 2018. Fato que pode ter ocorrido por conta das alterações das políticas governamentais.

E, ao se observar os valores destinados às ações de assistência estudantil, conforme apresenta o quadro 9, com o orçamento total do Campus conforme mostra o quadro 7, constata-se que as despesas com essas ações apresentam um

crescimento proporcional em relação ao valor total das despesas do Campus. Dessa forma, observa-se que, no período estudado, os valores disponibilizados para essas ações aumentaram de 15,76% do orçamento do Campus em 2015 para 33,34% no ano de 2018. Assim, mesmo havendo redução no orçamento total empenhado pelo Campus, o gasto com assistência estudantil se manteve crescente proporcionalmente ao valor total do orçamento empenhado pelo Campus. Sendo uma porcentagem a ser considerada, e corroborando o entendimento de que as ações de política de assistência estudantil incorporam e fazem parte do funcionamento do Campus. Juntamente com o crescimento desses valores, há um incremento, neste período, do quantitativo de alunos beneficiados com bolsas.

Ao se comparar esses valores com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, percebe-se que, mesmo havendo quase que uma estabilização em relação aos investimentos com a assistência estudantil no biênio 2017 - 2018, houve uma redução na taxa de evasão de 4,8%, conforme os quadros 2 e 3. Esse dado também é confirmado no Relatório PAEVS.

A pesquisa procurou, a partir desses dados, visualizar a percepção que os discentes possuem sobre a aplicação das ações de assistência estudantil no Campus, considerando que eles são os indivíduos envolvidos diretamente e ainda que as ações traçadas pela POLAE possuem quase a mesma idade que a amostragem dos dados orçamentários, pois a Resolução que a define foi editada em 2014.

Os dados coletados mesclaram alunos de cursos, turnos e idade diferente em prol de conseguir captar a percepção de todos os segmentos a fim de dar maior credibilidade à pesquisa. A amostra foi formada com um pouco de 20% do total de discentes matriculados, sendo aplicados 250 questionários dos quais apenas 239 puderam ser validados. Durante a aplicação dos questionários evidenciou-se que os discentes desconhecem a abrangência da POLAE, fato que pode ser sanado com a realização de palestras sobre o tema.

A pesquisa mostrou que nem todos os participantes são atendidos diretamente com o recebimento de bolsa, nem mesmo o foram em anos anteriores. E, ainda assim a amostra identificou, como a ação considerada mais importante pelos discentes, os programas que têm como foco o aporte financeiro. Esse também foi o entendimento da Assistente Social. Corroborando essa percepção dos alunos,

houve quase que unanimidade entre os participantes sobre a importância das ações de assistência estudantil para a permanência dos discentes na instituição. Isso mostra que, mesmo os alunos que não são atendidos diretamente, entendem que essas ações são necessárias para a manutenção e o êxito escolar. Assim, entende-se que as ações que promovem a distribuição de bolsas podem fazer a diferença na vida acadêmica do discente, pois mesmo que o valor da bolsa seja considerado insuficiente ou pouco, esse valor pode ser apontado como uma das possíveis causas do combate à evasão do aluno. Ressalta-se que houve um equilíbrio entre os alunos que acham que os valores são suficientes para auxiliar a continuidade dos estudos e os que têm opinião contrária. Diferente da percepção das entrevistadas que concordam quanto à razoabilidade dos valores disponibilizados pela POLAE para atender às necessidades dos discentes.

Outro fato importante que a pesquisa revelou foi que do total dos respondentes todos se disseram como usuários, seja diretamente ou indiretamente, de pelo menos uma das ações de assistência estudantil. Sendo ainda que a maior parte afirma se utilizar de mais de uma das ações de assistência estudantil oferecida pelo Campus. Esse fato mostra que as ações e os programas desenvolvidos pela POLAE se integram não só ao funcionamento, mas fazem parte da manutenção do Campus. Esse entendimento ganha força nas palavras das servidoras que acreditam que, sem essas ações em especial o aporte financeiro e o fornecimento da alimentação, não seria possível a permanência dos alunos.

Os resultados da pesquisa levam a concluir que os impactos da aplicação das ações de assistência estudantil são positivos frente ao desempenho acadêmico dos alunos e atingem seus objetivos ao possibilitar que o discente permaneça na escola, reduzindo a desigualdade social. Também se consegue constatar que, no período analisado, há um aumento direto no orçamento e nas ações destinadas à assistência estudantil acompanhada de uma redução na taxa de evasão, contudo não se pode afirmar que o incremento orçamentário seria o único responsável pela diminuição da taxa de evasão.

Ressalta-se que, em virtude da ausência dos dados do relatório Geral SIFAI, não foi possível mensurar o gasto com cada uma das políticas das ações de assistência estudantil nem comparar o valor investido com a quantidade de alunos atendidos diretamente. Outro ponto que não foi possível evidenciar diz respeito à

situação dos alunos que solicitaram o trancamento de matrícula, pois a Plataforma não retrata esses dados e nem aponta a relação entre os alunos atendidos pelas ações de assistência estudantil e sua inserção no mercado de trabalho. Esses pontos ficaram abertos e podem ensejar novos estudos.

A pesquisa não esgota o tema, mas dá visibilidade ao PNAES e seus efeitos ao computar que os alunos percebem as políticas de assistência estudantil desenvolvidas pelo Campus como uma ação importante e necessária à permanência e ao seu desenvolvimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa nacional de Assistência Estudantil –PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Política de Assistência Estudantil do IFPI**. 2014. Disponível em: <<http://libra.ifpi.edu.br/area-do-estudante/assistencia-estudantil/polae-atualizada>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Editais nº 008, de 07 de maio de 2019**. Disponível em: <http://www.ifpi.edu.br/teresinazonasul/noticias/teresina-zona-sul-publica-edital-com-vagas-para-selecao-de-monitores/catzs_ed082019_monitoria_atualizado.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Editais nº 001, de 31 de maio de 2019**. Disponível em: <http://www.ifpi.edu.br/teresinazonasul/noticias/MonitoriaNAPNE_2019_1_CATZS.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Editais nº 001, de 07 de janeiro de 2019**. Disponível em: <<http://www.ifpi.edu.br/teresinazonasul/noticias/campus-teresina-zona-sul-abre-35-vagas-em-curso-de-cozinha-do-proeja/edital>>. Acesso em: 09 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Resolução nº. 3 de 10 de março 2010 – Conselho Superior – IFPI**. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1QS_sUrm_0XRx9t6mdd3g9IIOHJppcmHm >. Acesso em: 19 ago. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**: institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019**. Disponível em: <http://www.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/ifpiPDI_20152019.pdf >. Acesso em: 02 fev. 2019

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. **Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEUnidadeGestora.asp?Ano=2017&CodigoOS=26000&CodigoOrgao=26431>>. Acesso em :31 maio 2018.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 2, jul - dez, 2013,179-191.

COSTA, Márcia Cristina. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago/dez, 2016.

CRUZ, Andreia Gomes da; HOURI, Monica Souza. Centralidade de ações de permanência para combater a evasão na educação superior. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 11, n. 19, p. 173-187, jul. 2017. ISSN 2179-2534. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3092>>. Acesso em: 24 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v11e192017173-187>.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 16, fev. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>>. Acesso em: 24 mar. 2019. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v0i16.9359>.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356-392, abr./jun. 2017.

FREDENHAGEM, Sheyla; COMETTI, Nilton; BONFIM, Cristiane Jorge de Lima; ARAÚJO, Fernando Dantas de. A voz da evasão. **Revista EIXO**, v. 1, n. 2, p. 2-19, dez. 2012. Disponível em: <http://doi.org/10.19123/eixo.v1i2.51>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 27, p. 53-91, 2018.

MACHADO, Jardel Pelissari and PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estud. psicol. (Natal) [online]**. 2016, vol.21, n.4, pp.477-488. ISSN 1678-4669. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160046>.

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, p. 198-215, 2015.

PAIXÃO, Marcus Vinicius Sandoval et al. A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, [S.l.], v. 8, n. 16, p. 100-112, maio 2017. ISSN 2237-8049. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/2575>. Acesso em: 15 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v8i16.2575>.

REGO, Vilson Ribamar; RODRIGUES, Antônio Gerardo. 100 fatos de uma escola centenária. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009. 176p.

RODRIGUES, Antônio Gerardo et al. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí 90 anos de ensino profissionalizante. Teresina: EDUFPI, 2002. 180 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHIAVINI, J. M.; GARRIDO, I. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 1-12, 2018.

SILVA FILHO; R. L. L., MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 30, n. 1, set. 2014. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>>. Acesso em: 24 mar. 2019. doi:<https://doi.org/10.21573/vol30n12014.50020>.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-raduacao.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2019.

ANEXO I

Questionário - A efetividade da aplicação das políticas de assistência estudantil do IFPI na permanência discente

1. Seu sexo ? Feminino Masculino
2. Sua idade
 menor de 18 anos
 de 18 anos a 25 anos
 de 26 anos a 36 anos
 de 37 anos a 50 anos
 acima de 50 anos
3. Curso
 Técnico Concomitante Integrado;
 Técnico Subsequente;
 Superior
4. Turno Manhã Tarde Noite
5. Semestre/ ano 1^a 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a 7^a 8^a
6. Ano em que ingressou no IFPI-CATZS
 2019 2018 2017 2016
7. Como você se considera
 Branco(a) Pardo(a) / Mulato(a) Negro(a) Amarelo(a) Indígena
8. Seu estado civil?
 Solteiro(a) Casado(a) ou mora com companheiro(a) ou união estável
 Viúvo(a) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a)
9. Onde e como você mora atualmente?
 Em casa ou apartamento, com a família (Pais/irmãos/filhos);
 Em casa ou apartamento, sozinho(a);
 Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a);
 Em casa de outros parentes ou familiares;
 Em pensionato;
 Em casa/apto que divide com colegas/amigos;
 Outra situação _____

() Gosto da área () Mercado de trabalho atraente () Visando mais conhecimento para concursos () Visando o Enem () Por incentivo da família/amigos () Pela baixa concorrência () Relação com a área de trabalho/atuação

(_____) Outros
Qual _____

17. Você recebe algum tipo de bolsa do IFPI-CATZS? () Não () Sim, qual tipo?

() Bolsa Benefício Permanente/Atleta () Proeja () Monitoria () Pibic/Pibic Jr

18. Além dos auxílios/bolsa recebidos pelo Programa de Assistência estudantil do IFPI-CATZS, faz uso de alguma outra política de Assistência estudantil?

() Refeitório () Biblioteca () Atendimento Médico () Atendimento Odontológico
() Uso do ônibus escolar () Atendimento Pedagógico () Atendimento Psicológico

19. Já recebeu bolsa da assistência nos anos anteriores? () Sim () Não

20. Considera que o(s) valor(es) recebido(s) através do Programa de Assistência estudantil estão sendo suficiente(s) para auxiliar na continuidade nos estudos? () Sim () Não

21. O auxílio econômico da assistência estudantil oferecido pelo IFPI- CATZS:

- () É elemento decisivo para permanência no curso;
- () Não faz muita diferença, por ser um valor muito baixo
- () Auxilia em alguma medida, mas ainda preciso de outros auxílios
- () Não ajuda em nada
- () Ajuda pouco, mas sem ele não teria condições de estudar

22. Qual o principal motivo para você ter solicitado auxílio junto ao IFPI-CATZS?

- () Meu curso não possibilita que eu trabalhe
- () Sem o auxílio, meus pais não conseguem me manter estudando
- () O valor que recebo de ajuda dos meus pais não é suficiente para manter meus estudos
- () Melhorar a qualidade de vida na cidade
- () Não tenho outra fonte de renda, não tendo assim outra forma de me manter estudando
- () Por achar que é um dever do Estado auxiliar na manutenção do aluno na universidade
- () Por ser um dos benefícios disponíveis nas Instituições Federais

23. Sem o recebimento do(s) auxílio(s) fornecidos pelo Programa de Assistência estudantil do IFPI-CATZS, teria condições de permanecer estudando?

- () Sim, meus pais poderiam custear meus gastos
- () Sim, trabalho e posso me sustentar com o que ganho

Não, não teria como trabalhar e não tenho outras formas de geração de renda

Não, meus pais não tem condições de me manter

24. Recebe ajuda financeira dos pais ou outras pessoas? Sim Não

25. De onde vem os recursos que o mantêm estudando?

Apenas do meu trabalho

Apenas dos meus pais

Apenas do Programa de Assistência estudantil da Universidade

Do meu trabalho e da ajuda dos meus pais

Dos meus pais e da Assistência estudantil

Do meu trabalho e da Assistência estudantil

Outras formas Qual?

26. Qual fator considera mais importante para continuação dos estudos?

A instituição estar localizada mais próxima da minha residência/minha família

Estar estudando no curso que desejo

A instituição ser pública e gratuita

Não possuir condições financeiras para estudar em outra cidade ou instituição privada

O ensino ser de qualidade

Recebimento de auxílios e bolsas

)

Outro/os _____

27. Na sua percepção o Programa de Assistência estudantil é importante para a manutenção e permanência dos alunos no IFPI CATZS? Sim Não

28. Qual a sua situação sem os benefícios da assistência estudantil?

Pediria auxílio a pais/parentes

Procuraria trabalho e continuaria estudando

Trancaria ou desistiria do curso

Teria condições de continuar estudando da mesma forma

Buscaria outra instituição Outros

29. Como concluiria seu curso sem assistência estudantil?

Tempo normal de conclusão proposto pelo curso

Não teria condições financeiras para concluir

Teria que prolongar meu tempo no IFPI-CATZS

Trancaria ou desistiria

- () Procuraria outra instituição que forneceria assistência estudantil
- () Solicitaria outro tipo de auxílio
- () Buscaria participar de projetos oferecidos pelo IFPI-CATZS (que tivessem bolsa)
30. Qual sua opinião sobre a assistência estudantil desenvolvida pelo IFPI-CATZS?
- () Importante, pois a maioria dos estudantes do Campus necessitam
- () Fundamental, sem ela grande parte dos estudantes não teriam como se manter no IFPI –CATZS
- () Fundamental, desde que os recursos sejam destinados para os que realmente precisam
- () Precisa melhorar em muitos aspectos, pois ainda não atende as necessidades dos estudantes
- () A maioria dos alunos que recebem esses auxílios conseguiriam se manter sem esses auxílios
- () Não é importante, pois não diminui as desigualdades
31. Como você vê a assistência estudantil para os próximos anos
- () Precisa ser ampliada e receber mais verbas
- () Devem ser incluídas novas formas de auxílios
- () Deve ser extinta pois não contribui para a permanência dos estudantes nas universidades
- () Deveria ser cobrada do estudante após a conclusão do curso
- () Devem ser estabelecidos outros requisitos para participação do programa e recebimento
32. Quais outros benefícios poderiam ser disponibilizados pela assistência estudantil no IFPI -CATZS?
- () Moradia Estudantil () Estágio Remunerado () Recursos para livros e cópias
- (_____) Outros, _____ especifique:
-

33. De acordo com sua percepção, enumere de 1 a 6 em ordem de importância os benefícios abaixo propostos, onde 1 caracteriza o MENOS importante e 6 MAIS importante:

- () Bolsa - Benefício Permanência/ Monitoria/ Proeja/ Pibic/Pibic JR
- () Refeitório
- () Biblioteca
- () Atendimento médico/odontológico;
- () Atendimento pedagógico/psicológico;
- () Uso do ônibus escolar

34. Que fator o faria desistir ou trancar o curso no IFPI-CATZS?

- () Questão financeira (não ter condições de manter-se);
- () Tempo de conclusão do curso;
- () Período/turno em que o curso ocorre;
- () Não é o curso que desejo seguir carreira;
- () Visibilidade econômica que o curso proporciona;
- () Por não conseguir conciliar trabalho e estudo;
- () Não conseguir auxílio da assistência estudantil.

35. Com base nos seus gastos totais para se manter estudando, em que proporção o(s) auxílios recebidos contribuem/ajudam para permanência nos estudos?

- () Os valores dos auxílios pagam meus gastos totalmente – 100%;
- () Pago a maior parte dos meus gastos com os auxílios e sem eles não estaria estudando – 75%;
- () Metade dos gastos são pagos pelos auxílios – 50%;
- () Muito pouco dos gastos são pagos com os auxílios, sem eles conseguiria continuar estudando – 25%;
- () Minimamente, a maior parte dos gastos são pagos com outras rendas – 10%;
- () Nada

|

ANEXO II

Roteiro de entrevista - A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DISCENTE: Uma Análise Empírica no IFPI – Campus Teresina Zona Sul.

Servidora _____

Cargo _____

Local _____

Data __/__/____

1.Você considera que o(s) valor(es) recebido(s) através do Programa de Assistência Estudantil estão sendo suficiente(s) para auxiliar na continuidade nos estudos?

() Sim () Não

Porque? _____

2.Como você vê a influência do aporte financeiro da assistência estudantil oferecido pelo IFPI- CATZS para manutenção da permanência? E para o desenvolvimento acadêmico?

3.Em sua opinião qual o principal motivo para que os alunos solicitem auxílio junto ao IFPI-CATZS?

4.Você acredita que sem o recebimento do(s) auxílio(s) fornecidos pelo Programa de Assistência Estudantil do IFPI-CATZS, os alunos de um modo geral teriam condições de permanecer estudando? Por quê?

5.Qual ação da POLAE considera mais importante para permanência acadêmica?

6. Como a assistência estudantil afeta o desempenho acadêmico dos alunos?

7. Qual sua opinião sobre a assistência estudantil desenvolvida pelo IFPI-CATZS?

8. Como você vê o futuro da assistência estudantil para os próximos anos ?

9. Na sua percepção como os alunos entendem a POLAE?

ANEXO III



Relatório - POLAE 2019

- Campus: TERESINA ZONA SUL

Ações:

Custo:

Benefício	Custo Total R\$:	Quantidade de Estudantes Beneficiados
Benefício Permanente	R\$ 328.450,00	419
Cultura	R\$ 0,00	0
Atleta	R\$ 0,00	0
Eventual	R\$ 0,00	0
Moradia Estudantil	R\$ 0,00	0
Pibic	R\$ 3.600,00	9
Pibic Junior	R\$ 6.900,00	18
Monitoria Discipl...	R\$ 30.800,00	38
Praei	R\$ 0,00	0
Projeto de Extensão	R\$ 0,00	0
Visitas Técnicas	R\$ 0,00	0
Pibic IT	R\$ 0,00	0
Monitoria NAPNE	R\$ 0,00	0

Benefício	Custo Total R\$:	Quantidade de Estudantes Beneficiados
Participação em E...	R\$ 0,00	0

Custo Total: R\$ 369.750,00

Total de Estudantes Beneficiados: 484